



NÚCLEO REGIONALIZADO "F"

**PRÉDIO ESCOLAR
PROF^a HÉLIA MARIA DE BRANDÃO**

**PRÉDIO ESCOLAR
FIRMES TELES DE MENEZES**



PPP

Projeto Político Pedagógico
2025

**SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO**



ANGUERA
PREFEITURA MUNICIPAL
Mais Trabalho, Mais Conquistas!







Projeto Político Pedagógico
2025

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Patrícia da Silva Mascarenhas

DIRETORA ESCOLAR:

Thaís de Jesus Santos

COORDENADORA PEDAGÓGICA:

Dulcivânia Rosa dos Santos Souza

PROFESSORAS:

Marly Gonçalves de Jesus Silva

Francneia de Carvalho

Luci Evagelista de Jesus

ARTICULADORA EDUCACIONAL:

Márcia Pinto da Silva Costa

REPRESENTANTE DOS ALUNOS:

Gloria Bento Dos Santos

REPRESENTANTE DOS PAIS:

Sandra Gonçalves Teixeira

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Cerqueira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

- 1.1.1. Função social: Missão, Visão e Valores
- 1.1.2. Características e finalidades
- 1.1.3. Linha do Tempo: História Institucional

2. AVALIAÇÃO INTITUCIONAL

2.1. AVALIAÇÃO INTERNA

2.2. AVALIAÇÃO EXTERNA E INDICADORES OFICIAIS

2.3. PARTICULARIDADE DE ESCOLAS DE PEQUENO PORTE

3. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL, SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

3.1. EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E O ENSINO

3.2. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

3.3. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

3.4. CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

3.5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

4. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

4.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

4.2. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS INSPIRADORAS

4.3. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

4.4. OS TEMAS INTEGRADORES

4.5. RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGEM

4.6. AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC'S)

4.7. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR E DO ALUNO

5. ETAPAS DO ENSINO

5.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

5.1.1. Creche

5.1.2 Transição da Creche para a Pré-escola

5.1.3. Pré-escola

5.2. ENSINO FUNDAMENTAL

5.2.1. Anos Iniciais

5.2.2. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

6. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

6.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

6.2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

6.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

6.4. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

6.5. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

**6.6. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL DOS SERVIDORES**

**6.7. A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA/ FAMÍLIA E ESCOLA/
COMUNIDADE**

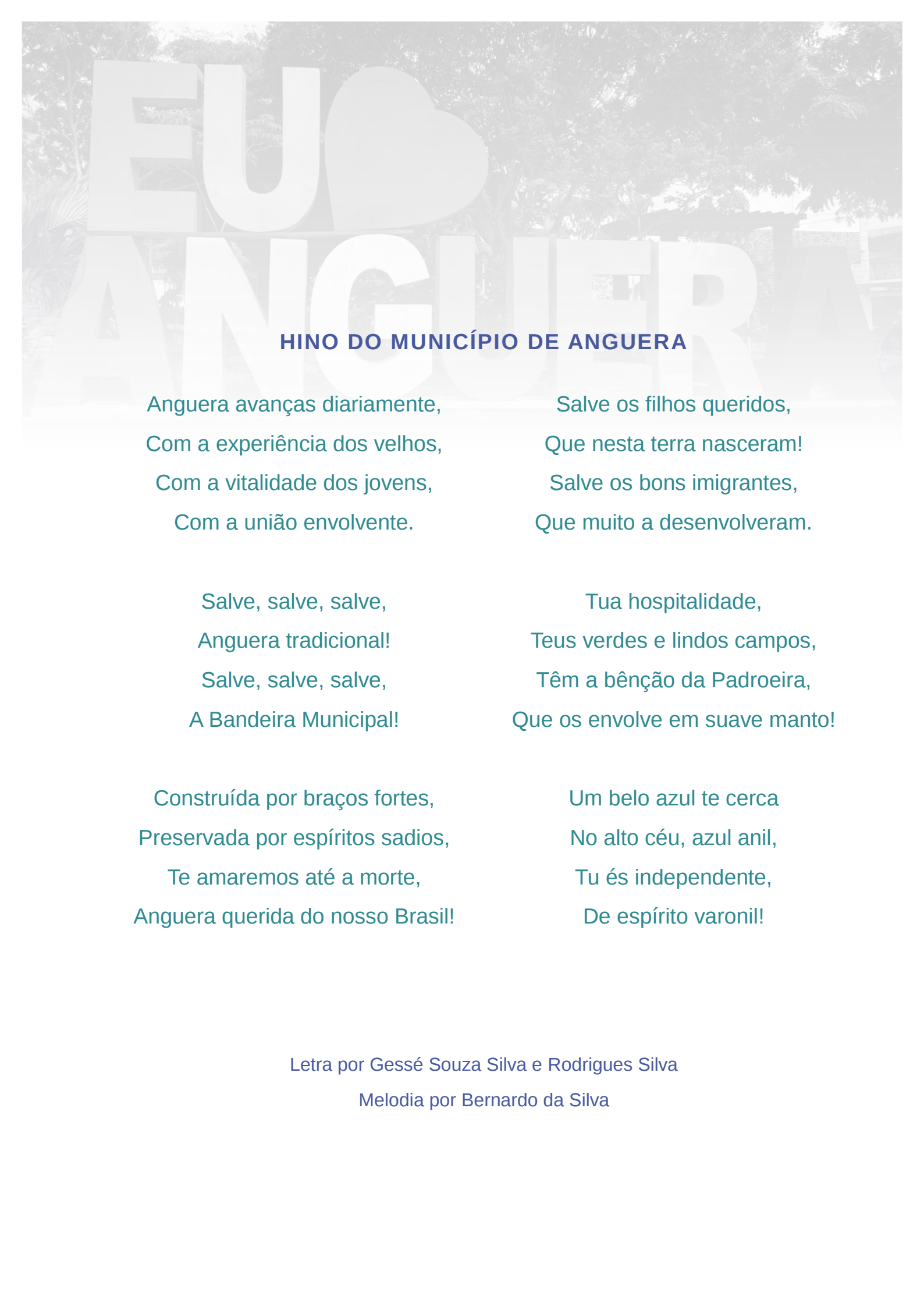
7. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

7.1. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRACISTA

8. DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS



HI NO DO MUNICÍPIO DE ANGUERA

Anguera avança diariamente,
Com a experiência dos velhos,
Com a vitalidade dos jovens,
Com a união envolvente.

Salve os filhos queridos,
Que nesta terra nasceram!
Salve os bons imigrantes,
Que muito a desenvolveram.

Salve, salve, salve,
Anguera tradicional!
Salve, salve, salve,
A Bandeira Municipal!

Tua hospitalidade,
Teus verdes e lindos campos,
Têm a bênção da Padroeira,
Que os envolve em suave manto!

Construída por braços fortes,
Preservada por espíritos sadios,
Te amaremos até a morte,
Anguera querida do nosso Brasil!

Um belo azul te cerca
No alto céu, azul anil,
Tu és independente,
De espírito varonil!

Letra por Gessé Souza Silva e Rodrigues Silva

Melodia por Bernardo da Silva

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do Núcleo Regionalizado F, composto pelo Prédio Escolar Professora Hélia Maria Brandão, localizado na comunidade da Fazenda Roçado, e pelo Prédio Escolar Firmes Teles de Menezes, localizado na Fazenda Caldeirão apresenta-se como um instrumento orientador das práticas educativas, organizacionais e sociais que caracterizam o compromisso da rede municipal de Anguera com a formação integral dos estudantes. Mais do que um documento, o PPP é uma construção coletiva, que expressa a identidade das escolas, a realidade das comunidades atendidas e a visão de educação que se deseja consolidar nos próximos anos.

A elaboração deste documento partiu do entendimento de que cada escola carrega consigo uma história, um território e um conjunto de desafios específicos. O Núcleo Regionalizado F, inserido em áreas predominantemente rurais, vivencia um cotidiano escolar marcado pela proximidade social, pelos laços comunitários e pela valorização das tradições locais. Essa realidade demanda um olhar pedagógico sensível, capaz de reconhecer o contexto sociocultural dos estudantes e transformá-lo em ponto de partida para aprendizagens significativas.

Assim, o PPP foi estruturado com base em princípios democráticos, com participação de gestores, professores, funcionários, estudantes e famílias, compreendendo que a construção de uma escola pública de qualidade somente é possível quando todos os sujeitos educativos se reconhecem como parte fundamental do processo. Essa perspectiva coletiva fortalece o sentimento de pertencimento, estimula a co-responsabilidade e orienta ações que ultrapassam os limites físicos da instituição escolar, dialogando com o território e suas necessidades.

O documento reafirma o compromisso das duas escolas com uma educação que articule formação humana, desenvolvimento cognitivo e construção de valores éticos e sociais. Considera-se que a escola precisa ser um espaço acolhedor, seguro e estimulante, onde cada aluno seja reconhecido em suas singularidades e incentivado a desenvolver suas potencialidades. Nesse sentido, o PPP apresenta metas e estratégias que visam à melhoria contínua dos processos de ensino e

aprendizagem, ao fortalecimento das práticas pedagógicas e à garantia de um ambiente escolar inclusivo e equitativo.

Outro ponto central é a articulação entre teoria e prática, assegurando que o Projeto Político Pedagógico não seja apenas um documento institucional, mas um instrumento vivo, atualizado e que faça sentido para o cotidiano escolar. Para isso, estabelece-se um alinhamento às normativas nacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação de Anguera, sem perder de vista a identidade local que diferencia as duas unidades escolares do Núcleo Regionalizado F. O PPP também considera a importância do planejamento participativo, da formação continuada dos profissionais, da gestão democrática e da avaliação permanente das ações desenvolvidas.

No Prédio Escolar Professora Hélia Maria Brandão e no Prédio Escolar Firms Teles de Menezes, a implementação do PPP representa um movimento de fortalecimento da autonomia pedagógica e administrativa, reafirmando que cada escola deve ser protagonista de sua história. Isso inclui a busca por práticas inovadoras, projetos interdisciplinares, acompanhamento pedagógico eficiente e ações que valorizem a cultura rural e a realidade das famílias atendidas. A comunidade é vista como parceira essencial, contribuindo para a formação cidadã dos estudantes e para a construção de uma escola socialmente engajada.

Além disso, o PPP do Núcleo Regionalizado F reafirma a missão de promover uma educação transformadora, capaz de contribuir para o desenvolvimento social das comunidades rurais do município. Acredita-se que a escola tem papel fundamental na ampliação de oportunidades, no estímulo ao protagonismo estudantil e no fortalecimento dos vínculos sociais que sustentam o crescimento coletivo. Dessa forma, o documento apresenta diretrizes que orientam o trabalho pedagógico, contemplando aspectos como currículo, metodologias, avaliação, gestão escolar, convivência, inclusão, educação integral e projetos especiais.

Esta apresentação sintetiza, portanto, a intenção maior do PPP: servir como referência para a organização da vida escolar, reafirmando o compromisso com a qualidade educativa, com o respeito à diversidade e com a construção de práticas pedagógicas coerentes com os princípios da escola pública democrática. Ao assumir esse compromisso, o Núcleo Regionalizado F reafirma sua missão de oferecer aos

estudantes e famílias da região uma escola que seja, ao mesmo tempo, espaço de aprendizagem, convivência, acolhimento e esperança.

Que este documento seja continuamente revisitado, discutido e aprimorado, pois somente assim cumprirá seu papel fundamental: orientar a caminhada coletiva em direção a uma educação transformadora, socialmente justa e profundamente humana nas escolas do Núcleo Regionalizado F de Anguera-Ba.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

O Núcleo Regionalizado F, atende no momento 103 alunos tem por finalidade o atendimento a Educação Infantil, Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Todos os alunos residem na zona rural, porém, em comunidades diferentes.

Prédio Escolar Professora Hélia Maria Brandão (Fazenda Roçado) e Prédio Escolar Firmes Teles de Menezes.

As turmas são distribuídas da seguinte forma: um professor regente para uma turma multisseriada do fundamental que trabalha com todos os componentes curriculares. As reuniões com os pais acontecem por etapa ou sempre que necessário. A faixa etária dos alunos no diurno varia de dois a doze anos, no turno noturno, jovens a partir de 15 anos, adultos e idosos sem limite máximo de idade.

NOME: Prédio Escolar Professora Hélia Maria Brandão

ENDEREÇO: Fazenda Roçado

CEP: 44673-899

MUNICÍPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Fazenda Roçado

E-MAIL: nucleof.2025@gmail.com

TELEFONE: (75) 98147-7009

CÓDIGO DO INEP: 29090326

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ETAPAS DE ENSINO: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação do/no Campo e Educação Inclusiva.

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR / NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO DE ESTUDANTES DO ANO LETIVO DE 2025

TURMA	SÉRIE	TURNOS	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS
Creche	G3	Matutino	01
Pré-escola	G4	Matutino	02
Pré-escola	G5	Matutino	01
Ensino Fundamental Anos Iniciais	4º	Matutino	03
Ensino Fundamental Anos Iniciais	5º	Matutino	03
1º Segmento da EJA	Estagio 1	Noturno	05
1º Segmento da EJA	Estagio 2	Noturno	02
1º Segmento da EJA	Estagio 3	Vespertino	41
1º Segmento da EJA	Estagio 4	Vespertino	17
1º Segmento da EJA	Estagio 5	Noturno	10
		Total	85

Fonte: Dados da Escola (2025).

PRÉDIO ESCOLAR HÉLIA MARIA BRANDÃO

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Luci Evangelista de Jesus	Professora	Nível Médio
Joeline Santana Almeida	Professora	Superior Incompleto
Leidiane G. dos Santos	Professora	Superior Incompleto
José Roberto Brito Rodrigues	Professor	Superior Incompleto
Marli G. de Jesus Silva	Professora	Superior Completo
Maria das Graças S. Lima	Professora	Superior Completo
Letícia de Jesus Rodrigues	Professora	Superior Incompleto
Luciane da Silva Santana	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Incompleto
Beatriz de Jesus Santana	Auxiliar Administrativo	Ensino Médio
Patrícia Ferreira Costa	Merendeira	Ensino Médio

Fonte: Dados da Escola (2025).

NOME: Prédio Escolar Firmes Teles de Menezes

ENDEREÇO: Fazenda Caldeirão, S/N – Zona Rural

CEP: 44673-899

MUNICÍPIO: Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Fazenda Caldeirão

E-MAIL: nucleof.2025@gmail.com

TELEFONE: (75) 98147-7009

CÓDIGO DO INEP: 29090172

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)
Educação de Jovens e Adultos (EJA).

**ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR/ NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO DE
ESTUDANTES DO ANO LETIVO DE 2025**

TURMA	SÉRIE	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS (NO SISTEMA)
1º, 2º, 3º e 5º ANO	ÚNICA	MATUTINO	11
Estágio II, III e V	ÚNICA	VESPERTINO	07
		Total	85

Fonte: Dados da Escola (2025).

PRÉDIO ESCOLAR FIRMES TELES DE MENEZES

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Thayane Figueado da Paixão	Professora	Superior Incompleto
Francneia de Carvalho	Professora	Superior Completo
Ivonete Gonçalves Bastos	Apoio operacional da unidade escolar	Ensino Fundamental Incompleto

Fonte: Dados da Escola (2025).

1.1 PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1 Função Social: Missão, Visão e Valores

Função Social: A escola tem como papel social a tarefa de principalmente, encaminhar ações por meio de processos educativos que venham despertar o compromisso social dos indivíduos, das entidades e dos grupos sociais, objetivando fazer uma só aliança. Sendo capaz de promover mudanças e transformações no cumprimento do dever educacional, da preparação e formação de alunos que sejam cidadãos portadores de uma nova visão de mundo reinventado, através da criticidade e da participação.

Salienta-se ainda que os alunos serão provocados para lidar com as mudanças, aprenda a conviver, a fazer parcerias, a desenvolver a sua inteligência cognitiva como também a social e emocional, favorecendo a sua capacidade de trabalhar bem com as competências socioemocionais, como prevê a BNCC.

Missão: A escola é o local que deve servir aos interesses populares, garantindo a todos, um ensino de qualidade e saberes básicos que reflitam na vida das crianças preparando-as para a vida adulta. Que todos os estudantes possam desenvolver o melhor de si, aprender a viver, a criar e a produzir e reproduzir saberes, a relacionar-se com as diferenças.

A escola que queremos, almeja ser um local onde todos estejam comprometidos em educar as crianças com uma visão inovadora e participativa. Um espaço de interação e transformação social, que possibilite a aprendizagem, o desenvolvimento cultural, trabalhe um currículo diversificado levando em conta o cotidiano dos que ali vivem, na construção da identidade da escola que os acolham, se identifiquem e dialoguem.

Visão: Para a realização de uma educação igualitária e participativa nas escolas do/para o campo são necessárias propostas pedagógicas que valorizem a organização do ensino-aprendizagem, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação social, bem como a gestão democrática.

Valores: No Núcleo Regionalizado F, desenvolvemos um trabalho pautado na valorização do ser humano e no respeito às diferenças, incentivando um espírito de equipe no qual o trabalho é realizado de maneira conjunta com os professores, pais,

membros da comunidade escolar, conselho escolar, bem como ações de projetos realizados através de parcerias com outros órgãos públicos, tais como: Secretária de Ação Social e Secretaria de Saúde. Visando auxiliar os educandos, nas soluções de problemas sociais, tornando-os atuantes de maneira diretiva, contribuindo assim na formação de uma sociedade mais justa.

Busca-se formar sujeitos autônomos, criativos, éticos, críticos e comprometidos com a sociedade em permanente transformação, que saiba realizar a leitura do tempo e do espaço onde estão inseridos, conseguindo se adaptar às diferentes realidades que a eles forem apresentadas.

1.1.2 Características e finalidades

Entendemos que, dentre as formas de organização da gestão, a perspectiva democrática apresenta-se coerente com os princípios norteadores das ações coletivas no Núcleo Regionalizado F, uma vez que promove a participação dos diferentes componentes da comunidade escolar nas decisões. A implementação da gestão democrática dentro de nossa instituição de ensino se dá por meio de diversos órgãos e expedientes que promovem a efetiva participação da comunidade escolar.

Portanto, a finalidade da escola perpassa pela busca constante do ensino de qualidade, pela autonomia intelectual e social dos educandos, considerando e respeitando a história de vida de cada ser, favorecendo o seu desenvolvimento biopsicossocial e preparando-o para o exercício da cidadania, fazendo com que os direitos de cada um seja respeitado, independente da classe social, religião, etnia, questões de gênero, tornando a escola um espaço de todos, onde se sintam acolhidos e respeitados em suas individualidades.

Neste contexto, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade escolar vejam-se co-responsáveis pela execução e acompanhamento das ações. Nos processos de gestão, é fundamental compreender que os sujeitos são agentes de mudanças.

O Projeto Político Pedagógico deve, pois, ser assumido pela comunidade educativa, ao mesmo tempo, como sua força indutora do processo participativo na instituição e como um dos instrumentos de conciliação das diferenças, de busca da construção de responsabilidade compartilhada por todos os membros integrantes da comunidade escolar, sujeitos históricos concretos, situados num cenário geopolítico preenchido por situações cotidianas desafiantes (BRASIL, 2013, p. 49).

Os gestores e cada membro da comunidade escolar têm contribuições indispensáveis na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos colaboradores e a promoção de oportunidades para que todos se sintam parte da escola, identificando-se com seu trabalho e assumindo, de maneira responsável o desenvolvimento dos processos.

Para consolidar a Gestão Democrática na escola foram criados órgãos colegiados que se destinam a prestar assessoramento técnico pedagógico e administrativo. Sendo eles: Caixa Escolar, Conselho Escolar e Conselho de Classe. O Caixa escolar é uma unidade executora com personalidade jurídica sem fins lucrativos, onde existem regras próprias.

O gestor é responsável por gerir os recursos junto aos membros do conselho fiscal e deliberativo e toda comunidade escolar. Esse recurso financeiro é transferido pelo Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, onde o objetivo é comprar os materiais necessários para um bom funcionamento visando melhorar a qualidade do ensino.

O Conselho Escolar trata-se de uma estrutura em forma de colegiado, composta por representantes dos segmentos da comunidade, constituindo-se de discussões de caráter consultivo e/ou deliberativo. A implantação do Conselho Escolar permite que diferentes setores da sociedade possam contribuir e participar da gestão da escola de forma democrática e institucionalizada sendo o mesmo constituído da seguinte maneira: 1 Representante do corpo docente, 1 Representante de aluno, 1 Representante de pais de aluno, 1 Representante de servidor administrativo, 1 Representante da comunidade local.

Todos esses segmentos têm um titular e um suplente, sendo que o Diretor da escola é caracterizado como membro nato. O Conselho reúne-se bimestralmente ou quando necessário para resolver problemas e fiscalizar o andamento dos projetos e recursos recebidos pelos programas que a escola aderiu.

Conselho de Classe – é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógica, com atuação restritiva as turmas do

Estabelecimento de Ensino, tendo por objetivo avaliar o processo ensino/aprendizagem na relação professor/aluno e os procedimentos adequados a cada caso, observando o que está disposto no Regimento Escolar.

Assim, a escola que almeja realizar uma gestão coerente participativa com as finalidades que persegue deve criar um espaço de discussão coletiva com o intuito de analisar se o trabalho que vem desenvolvendo está propiciando atingir as finalidades e os objetivos traçados por ela. Quando as finalidades da escola são construídas e definidas a partir de discussões realizadas no coletivo da comunidade escolar a possibilidade de atingi-las é maior, pois estas foram traçadas de acordo com os interesses da maioria da população.

Considerando que a escola está inserida em uma pequena comunidade, tanto no sentido geográfico como no sociocultural e sabendo que todos são responsáveis e tornando-se parte do processo educacional, desejamos tornar nossa comunidade cada vez mais cooperativa, participativa e atuante. Que se envolva com as atividades escolares e saiba usufruir dos recursos da mesma, de modo que possa aperfeiçoar seus conhecimentos e se sinta comprometida e parceira em prol do bem comum para as gerações de hoje e de amanhã.

1.1.3 Linha do Tempo: História Institucional

Prédio Escolar Professora Hélia Maria Brandão

O Prédio Escolar Professora Hélia Maria Brandão fica localizado na Fazenda Roçado e nasceu do sonho dos moradores de se ter uma escola na comunidade, dentre os quais o senhor Augusto Gomes que foi o doador do terreno.

Por volta dos anos 1970, com o crescimento da população, principalmente do número de crianças em idade escolar, começou a se formar grupos de estudos em duas casas residenciais. Porém, em 1978, na gestão do Prefeito José Wood Vieira foi construído o prédio que recebeu o nome de Professora Hélia Maria Brandão, para homenagear a mesma que era diretora de educação do município.

A Professora Hélia Maria Brandão faleceu em um grave acidente de avião.

A primeira turma foi formada por 45 alunos de séries multisseriadas e teve como professoras Maria Edelgardes Leite e Maria Zélia Mendes Barbosa. Desde então diversos professores passaram por esta unidade escolar destacando-se a

professora Maria das Graças Santos Lima, por ser a organizadora dos melhores momentos desta escola.

Em 1986, os alunos desta escola participaram de um concurso de quadrilha na comunidade de São José em Feira de Santana, quando na oportunidade, receberam o troféu de melhor quadrilha. Atualmente funciona a Educação Infantil e EJA, sendo um espaço de grande importância para a comunidade.

Quadro de organização do Prédio Escolar Professora Hélia Maria Brandão e do Prédio Escolar Firmes Teles de Menezes no ano de 2025:

PRÉDIO ESCOLAR PROFESSORA HÉLIA MARIA BRANDÃO	
GRUPOS	02,03, 04 e 05
SÉRIE	1 ao 5 ANO
ESTÁGIO EJA	I ao V

Fonte: Dados da Escola (2025).

Prédio Escolar Firmes Teles de Menezes

No processo de construção identitária do Núcleo Regionalizado F, torna-se indispensável resgatar e valorizar a história das pessoas que contribuíram significativamente para a formação social e cultural da comunidade local. Um desses nomes é o do lavrador Firmo Teles de Menezes, personalidade cuja trajetória está profundamente ligada ao surgimento e ao desenvolvimento da comunidade de Caldeirão. Embora, tradicionalmente, os moradores tenham se habituado a chamá-lo de “Firmes Teles”, registros oficiais, como sua certidão de casamento e atestado de óbito confirmam que seu nome correto é Firmo Teles de Menezes.

O surgimento da comunidade de Caldeirão está diretamente relacionado à história desse lavrador. Após seu falecimento, os funcionários da fazenda onde vivia e trabalhava foram inseridos no inventário do proprietário, recebendo, cada um, cinco tarefas de terra. Essa distribuição marcou o início da formação da comunidade tal como é reconhecida hoje. Curiosamente, Firmo não chegou a usufruir dessa posse, pois faleceu pouco tempo antes da conclusão do processo.

Firmo Teles de Menezes residia na localidade, em uma casa cedida pelo fazendeiro para quem trabalhava, na região conhecida como Serra. Na época, os moradores que ocupavam as terras da fazenda eram chamados de rendeiros, pessoas que, em troca do uso da moradia, trabalhavam um dia por semana para o proprietário, atividade que era parte do acordo estabelecido com o dono das terras. Caso o trabalhador não pudesse comparecer, outro membro da família deveria substituí-lo, garantindo assim a permanência da moradia.

O falecimento de Firmo ocorreu em 9 de agosto de 1978. Após o almoço, saiu para o trabalho como de costume, quando um dos filhos o encontrou caído no pasto. Foi levado imediatamente ao hospital, mas infelizmente já chegou sem vida, aos 63 anos. Sua história pessoal inclui um legado familiar expressivo: Firmo foi pai de 12 filhos do primeiro casamento e 3 filhos do segundo. Uma dessas descendentes, Dona Anelita Alexandrina dos Santos, permanece ligada à comunidade e, atualmente, é estudante da EJA, fato que demonstra a continuidade de sua presença simbólica no território.

A memória de Firmo Teles de Menezes permanece viva também por meio da doação do terreno onde hoje está localizado o Prédio Escolar Firms Teles de Menezes. A doação foi realizada por seu filho, João Teles de Menezes, que, reconhecendo a importância do pai para a comunidade e desejando preservar sua história, escolheu nomear a escola em sua homenagem. Embora o nome tenha se consolidado popularmente como “Firms Teles”, o PPP registra e valoriza, de forma correta e respeitosa, o nome oficial: Firmo Teles de Menezes.

O reconhecimento dessa trajetória representa não apenas a valorização de um indivíduo, mas também a celebração das raízes da comunidade de Caldeirão. A história de Firmo Teles de Menezes é parte integrante da identidade local e inspira, ainda hoje, os estudantes e famílias que frequentam a escola, reforçando o vínculo entre passado, presente e futuro.

PRÉDIO ESCOLAR FIRME TELES DE MENEZES	
SÉRIE	1º ao 5º ANO
ESTÁGIO EJA	I ao V

Fonte: Dados da Escola (2025).

2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é uma dimensão essencial do processo educativo, pois permite analisar sistematicamente o funcionamento da escola em suas diversas dimensões pedagógica, organizacional, administrativa, relacional com a comunidade e resultados de aprendizagem.

Ao articular avaliações internas contínuas com avaliações externas oficiais, a escola não apenas cumpre exigências legais e normativas, mas se fortalece enquanto organização de práticas educativas eficazes e comprometidas com o desenvolvimento de todos os estudantes.

O Núcleo Regionalizado F da Rede Municipal de Ensino de Anguera abrange dois prédios escolares recentemente instituídos: Prédio Escolar Firmes Teles de Menezes e Prédio Escolar Professora Hélia Maria Brandão, o Firmes era pertencente ao Núcleo D e o Hélia ao Núcleo A e são classificados como unidades educacionais de pequeno porte, conforme organização da Secretaria Municipal de Educação.

A nova configuração do Núcleo Regionalizado F decorre de portarias e atos administrativos que reorganizam a rede e reconhece a necessidade de nucleação para racionalização de recursos, melhor distribuição do atendimento e fortalecimento do ensino rural, especialmente em comunidades menores. Essa reorganização institucional exige, de maneira articulada com o PPP, a consolidação de um processo avaliativo robusto, ainda que adaptado à realidade específica de escolas de pequeno porte.

2.1 AVALIAÇÃO INTERNA

A avaliação institucional interna é um exercício contínuo de diagnóstico e reflexão crítica pela própria comunidade escolar. Para os prédios escolares Firmes Teles de Menezes e Professora Hélia Maria Brandão, essa avaliação deve incluir:

- Levantamento e análise do perfil dos estudantes, considerando matrícula, frequência e permanência na escola;
- Acompanhamento das práticas de ensino e da implementação dos componentes curriculares;

- Análise rotineira dos resultados de aprendizagens medidos por avaliações formativas e somativas internas, adequadas às turmas, de modo a detectar progressos e dificuldades;

- Avaliação da gestão pedagógica e administrativa, especialmente em relação à utilização dos recursos disponíveis, formação continuada dos docentes e integração com a comunidade local.

O caráter processual dessa avaliação exige que se formalizem instrumentos como planos de ação, relatórios semestrais, registros colegiados de intervenção pedagógica e reuniões periódicas da equipe escolar para revisão de práticas e objetivos. A avaliação institucional interna, portanto, é uma ferramenta de “autocontrole educativo”, que amplia a capacidade da escola de se conhecer e se ajustar constantemente.

2.2 AVALIAÇÃO EXTERNA E INDICADORES OFICIAIS

Embora escolas de pequeno porte, como Firmes Teles de Menezes e Professora Hélia Maria Brandão, muitas vezes enfrentem limitações de amostragem em processos nacionais de avaliação como o SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica e seus derivados (por exemplo, os índices que alimentam o IDEB), é fundamental que a gestão esteja atenta aos indicadores disponíveis e ao acompanhamento dos estudantes quando participam dessas avaliações ou de versões regionais e adaptadas.

A participação em avaliações externas oferece referências comparativas com outras escolas da rede e com padrões nacionais e estaduais, permitindo diagnósticos mais amplos sobre o desempenho de aprendizagens e tendências pedagógicas. Essa análise deve ser incorporada ao PPP do Núcleo, com propostas específicas de intervenção pedagógica, ajuste curricular e formação docente, caso insuficiências de desempenho sejam identificadas.

2.3. PARTICULARIDADES DE ESCOLAS DE PEQUENO PORTE

Escolas com matrículas reduzidas e turmas menores como as que compõem o Núcleo Regionalizado F têm características próprias que influenciam diretamente a avaliação. Nesses contextos, é necessária atenção especial para que os instrumentos de avaliação sejam sensíveis às realidades locais, respeitando as diferenças socioculturais e garantindo que a coleta de dados reflita efetivamente a aprendizagem dos estudantes. A gestão escolar deve, por exemplo:

- Usar instrumentos avaliativos diversificados (portfólios, registros de aprendizagem, observações sistemáticas, trabalhos de projeto, auto-avaliação dos estudantes);
- Articular as avaliações internas com dados coletados por sistemas municipais ou estaduais que monitoram o desempenho ao longo do ano letivo;
- Compartilhar os resultados dessas avaliações com professores, famílias e outras partes interessadas, promovendo uma cultura de responsabilização e melhoria contínua.

2.4. INTEGRAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO ESCOLAR

A avaliação institucional não deve ser um evento isolado, mas um elemento integrado ao planejamento anual, ao PPP e aos projetos pedagógicos das escolas do Núcleo Regionalizado F. Os resultados oriundos dos processos avaliativos internos e externos devem sempre orientar a definição de metas, estratégias de intervenção pedagógica e ações formativas direcionadas aos docentes e demais profissionais da educação.

Ao incorporar a avaliação institucional como um eixo norteador de sua prática diária, o Núcleo Regionalizado F cria mecanismos para gerar aprofundamento das aprendizagens, melhoria do clima escolar e fortalecimento da gestão democrática, alinhando suas ações com os princípios constitucionais de direito à educação de qualidade e com os objetivos estratégicos do município de Anguera.

3. CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

A concepção institucional de ser humano adotada pela escola fundamenta-se na compreensão de que cada indivíduo é um sujeito histórico, social e cultural, em constante processo de construção e transformação.

A BNCC (2017, p. 14) afirma que a formação integral pressupõe o desenvolvimento das dimensões “intelectual, física, emocional, social e cultural”, destacando o estudante como protagonista de sua aprendizagem.

Essa visão dialoga com Freire, para quem “os seres humanos se tornam seres humanos na relação com o mundo e com os outros” (FREIRE, 1996, p. 32), reforçando a necessidade de práticas educativas que valorizem o diálogo, a autonomia e a criticidade.

Os Documentos Curriculares Referenciais da Bahia (DCRB) e o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) também compreendem o ser humano como um sujeito situado em contextos marcados pela diversidade, pelas identidades e pelas múltiplas formas de existir.

O DCRB (2020) enfatiza a importância da valorização das culturas locais, reconhecendo que o estudante se forma na interação com os espaços, saberes e tradições que compõem sua comunidade. Nessa perspectiva, a escola deve considerar as condições sociais dos estudantes, seus repertórios culturais e suas trajetórias, promovendo inclusão, equidade e respeito às diferenças.

A concepção de sociedade adotada pela instituição compreende que os indivíduos se organizam em estruturas complexas, tecidas por relações de poder, cultura, economia, linguagem e tecnologia. Assim, a função social da escola é formar sujeitos capazes de participar ativamente da vida coletiva, fortalecendo processos de cidadania, cooperação e protagonismo.

Essa perspectiva está alinhada à LDB, que orienta a educação para “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, art. 2º).

Quanto à concepção de cultura, assume-se que ela é dinâmica, plural e continuamente recriada.

Geertz (2008, p. 7) define cultura como “teias de significados” construídas

socialmente, o que implica reconhecer que o ser humano interpreta o mundo por meio dos códigos culturais que constrói e compartilha com seu grupo.

A BNCC reforça essa visão ao destacar que o currículo deve contemplar a diversidade cultural brasileira, garantindo o direito dos estudantes de conhecer, vivenciar e produzir diferentes expressões culturais (BNCC, 2018). Da mesma forma, o DCRB e o DCRM defendem que a escola atue como espaço de circulação de culturas, valorizando as manifestações locais, os saberes tradicionais, as memórias comunitárias e as identidades que constituem a realidade dos estudantes.

Dessa forma, a concepção institucional de ser humano, sociedade e cultura articula-se à idéia de que a educação é processo multidimensional, no qual os sujeitos se constroem pela interação com o outro, com o conhecimento e com o meio sociocultural. A escola, alinhada aos marcos normativos nacionais e local, assume o compromisso de promover práticas pedagógicas inclusivas, críticas e culturalmente situadas, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de compreender, valorizar e transformar a sociedade em que vivem.

3.1 EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO

A formação Integral proporcionada pelo Núcleo Regionalizado F, busca a cooperação de todos os que compõem as unidades escolares, para que assim, os alunos sejam contemplados em seus aspectos intelectual, físico, emocional, social e cognitivo. Desse modo, a ampliação das práticas de diálogo se torna essenciais para favorecer desde cedo o desenvolvimento dos educandos em sua totalidade, contemplando todas as dimensões educativas.

Assim como a BNCC, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante que a criança e ao adolescente tenham a sua formação de modo integral. O ECA no capítulo IV (quatro) Art. 53 diz que “A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

O Documento Curricular Referencial Municipal (2022) diz que:

Dessa forma, a BNCC, documento de caráter normativo, reconhece a construção de currículos mais pertinentes à formação da criança e ao desenvolvimento na sua globalidade. Diante disso, o Currículo de Anguera entende que a formação integral da criança se dará mediante a

intencionalidade promovida no brincar, no convívio com outras crianças, adultos e com a natureza, no contato com a arte, a música e outras linguagens, no oferecimento de propostas de atividades diversificadas e na conscientização de seus direitos e deveres (DCRM, 2022, p. 75).

Logo, é necessário pensar uma prática pedagógica comprometida com ações que possam englobar os diferentes aspectos de formação do indivíduo, compreendendo suas necessidades, possibilidades e desejos, buscando sempre um diálogo entre os componentes curriculares, para que assim, os educandos possam ter uma visão do todo e das partes.

Por isso, o Núcleo Regionalizado F, acredita na qualidade do ensino através da valorização do ser humano, através de projetos e incentivo à leitura, de forma reflexiva e crítica. Considerando o aluno, como sujeito de sua própria aprendizagem, onde o conhecimento é construído progressivamente por ele.

O processo de ensino e aprendizagem é mediado com base no respeito às singularidades, garantindo equidade, inclusão e atenção às necessidades específicas de cada estudante. A prática pedagógica considera o conhecimento cultural, a visão de mundo e o conhecimento científico como dimensões indissociáveis, articuladas ao fortalecimento das competências socioemocionais.

Dessa forma, a escola reafirma seu compromisso com a educação integral, promovendo uma aprendizagem significativa, contextualizada e orientada para a consolidação dos direitos de aprendizagem e das habilidades previstas no currículo, contribuindo para a formação de sujeitos autônomos, críticos e socialmente comprometidos.

O Núcleo Regionalizado F reconhece como fundamentais para o desenvolvimento integral dos estudantes as iniciativas estruturantes promovidas pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera, entre as quais se destacam a Feira do Conhecimento, os Jogos Escolares e o Concurso Escrita Criativa.

A Feira do Conhecimento, realizada anualmente desde 2014, constitui um momento de exposição pública das experiências pedagógicas desenvolvidas ao longo do ano nas unidades escolares, promovendo a interação entre estudantes, professores, famílias e a comunidade. Nesse evento, os alunos apresentam projetos, produções científicas, artísticas e culturais, fortalecendo o protagonismo estudantil, o pensamento investigativo e a capacidade de comunicar ideias de forma clara e criativa.

A Feira também integra saberes curriculares com contextos sociais e culturais da cidade, contribuindo para a formação cidadã ao envolver a comunidade local na vivência escolar e ampliar oportunidades de aprendizagem colaborativa.

Os Jogos Escolares, implantados em 2016, são outra ação estratégica da rede municipal que valoriza a educação física e os esportes como instrumentos de socialização, respeito às diferenças, disciplina e trabalho em equipe. Ao promover competições esportivas abertas aos estudantes em diferentes modalidades, os Jogos estimulam a adoção de hábitos saudáveis, a superação de desafios pessoais e coletivos, e o fortalecimento de vínculos entre escolas e entre estudantes de diversas áreas do município.

Essa prática possibilita também desenvolver habilidades socioemocionais, como resiliência, cooperação e autonomia, que são essenciais para o sucesso escolar e para a vida em sociedade.

O Concurso Escrita Criativa, que substituiu o tradicional concurso de redação, integra o conjunto de projetos educativos voltados para a promoção da leitura, da escrita e do letramento em todas as etapas do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos.

Por meio da proposta de produção textual em diferentes gêneros, os estudantes são incentivados a ampliar seu repertório linguístico, a desenvolver pensamento crítico, sensibilidade e compreensão mais profunda de temas relevantes para sua vida e para o coletivo. A participação no Concurso estimula a expressão pessoal e criativa dos alunos, consolidando práticas de leitura e escrita que são essenciais para o desempenho acadêmico e para a construção de uma cidadania plena.

Essas três iniciativas representam estratégias pedagógicas amplas que fortalecem o currículo escolar, potencializam aprendizagens significativas e contribuem para a formação integral dos estudantes do Núcleo Regionalizado F. Ao articular conteúdos curriculares com práticas culturais, esportivas e de comunicação, tais projetos ampliam as oportunidades de participação ativa dos alunos, promovem a inclusão e valorizam as múltiplas capacidades dos aprendizes, em consonância com os princípios do Projeto Político-Pedagógico.

3.2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

A concepção institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho adotada pelo Núcleo Regionalizado F compreende esses três campos como dimensões interdependentes, fundamentais para a formação integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade crítica, participativa e socialmente justa.

A BNCC (2017) destaca que a ciência deve ser compreendida como uma atividade humana historicamente construída, orientada pela investigação, pela curiosidade e pela busca de explicações sobre o mundo. Assim, a escola tem o papel de favorecer práticas pedagógicas que estimulem o pensamento crítico, a leitura de evidências, a resolução de problemas e a capacidade de argumentação, permitindo ao estudante compreender como o conhecimento científico influencia e é influenciado pela vida social.

Os Documentos Curriculares Referenciais da Bahia (DCRB) e o Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera (DCRM) reforçam essa compreensão ao enfatizar que a ciência na escola deve integrar saberes cotidiano e conhecimentos sistematizados, reconhecendo os contextos socioculturais dos estudantes e valorizando a pluralidade de experiências que compõem seu território.

Ambos os documentos afirmam que o ensino de ciências deve promover o entendimento das relações entre fenômenos naturais, transformações sociais e impactos ambientais, estimulando o compromisso ético e a responsabilidade socioambiental. Dessa forma, o ensino científico ultrapassa a simples transmissão de conteúdos, tornando-se uma prática reflexiva e significativa.

A concepção de tecnologia adotada pela instituição compreende que ela não se limita a artefatos ou dispositivos digitais, mas corresponde a um conjunto de saberes, processos e produções humanas que transformam a realidade. Segundo a BNCC, a tecnologia deve ser entendida como resultado da interação entre ciência, cultura e sociedade, influenciando modos de vida, relações de trabalho e dinâmicas educacionais.

Os DCRB e DCRM apontam que a escola deve promover o uso crítico e ético das tecnologias, desenvolvendo competências digitais, criatividade, análise de informações e autonomia intelectual. Assim, a instituição reconhece a importância de integrar tecnologias às práticas pedagógicas de forma contextualizada, democrática

e inclusiva, ampliando o acesso ao conhecimento e aos diferentes modos de expressão.

Já a concepção de trabalho, conforme orientam os marcos curriculares nacionais e locais, compreende o trabalho como princípio educativo, elemento estruturante da formação cidadã e prática fundamental para a compreensão das relações sociais.

Assim, a concepção institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho articula-se a uma visão formativa ampla, que reconhece o estudante como sujeito ativo, capaz de compreender, intervir e transformar a realidade. Alinhada à BNCC, ao DCRB e ao DCRMA, a escola assume o compromisso de promover práticas pedagógicas investigativas, contextualizadas e socialmente referenciadas, contribuindo para a construção de trajetórias formativas mais humanas, críticas e emancipadoras.

As nossas escolas buscam trabalhar a questão científica de acordo com a nossa realidade e dos nossos alunos. O fato de nossos alunos serem todos da zona rural trabalhou com experiências nas zonas próximas de suas vivências, com plantas da região, sementes que são cultivadas pelos familiares, hortaliças etc., juntamente com a observação do clima e do solo.

Nós do Núcleo Regionalizado F, buscamos que nossos alunos sempre tenham o contato com a tecnologia. Pedimos para que usem os celulares dos seus pais ou responsáveis para realizarem pesquisas, utilizamos data show em algumas aulas, materiais impressos, caixa de som, microfone dentre outros, ressaltamos a importância das tecnologias e o cuidado que devemos ter com o uso moderado de alguns aparelhos.

Contudo, as unidades escolares do Núcleo Regionalizado F, em relação ao uso da tecnologia por parte dos alunos, apresentam uma realidade em que o acesso é existente. Muitos estudantes possuem aparelhos tecnológicos, como celulares e, em alguns casos, computadores, e conseguem utilizar a internet tanto na escola quanto em seus lares. Mesmo quando esses dispositivos pertencem aos pais e/ou responsáveis, os alunos têm contato e utilizam esses recursos com frequência. Dessa forma, não nos abstermos de mantê-los cientes da existência e do uso das mais diversas tecnologias.

O ser humano nesse sentido desenvolve o seu trabalho tanto para si quanto para o outro. O trabalho não pode ser compreendido como uma prática individualista, por mais que aquele que o desenvolva vise o seu bem estar, sempre a atividade desenvolvida é em prol de alguém, direta ou indiretamente.

Nas nossas escolas buscamos desenvolver um trabalho baseado na parceria entre os setores e as pessoas, de modo que, todos se sintam responsáveis por cada unidade escolar em que atua. Buscamos deixar claro que todos são educadores, independente da função assumida, cada um é chamado a colaborar na construção da formação dos discentes.

Aqueles que hoje são beneficiados com o trabalho dos educadores, isto é, os educandos e a sociedade em geral, são preparados para que em breve estejam também inseridos no mercado de trabalho. Para isso é necessário que haja uma formação que atenda todas as perspectivas e integralidade dos sujeitos, ressaltando dentro do campo dos valores a importância de conquistar o seu espaço na sociedade, enquanto sujeito de direitos e deveres para com essa mesma sociedade.

Entendendo que, nem sempre se faz necessário que o indivíduo se retire do seu ambiente comunitário para buscar oportunidade de emprego em outros lugares. Nós do Núcleo Regionalizado F, buscamos incentivar nossos educandos a valorizarem as oportunidades que a região tem a oferecer, como é o caso da produção agrícola, a pecuária etc.

3.3 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

A concepção de currículo adotada pelo Núcleo Regionalizado F está alinhada às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB, 2020) e do Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), compreendendo o currículo como um conjunto articulado de experiências, práticas, saberes e relações que estruturam o processo formativo.

A BNCC indica que o currículo deve garantir direitos de aprendizagem e desenvolvimento, reconhecendo o estudante como sujeito ativo, capaz de construir sentidos ao longo de sua trajetória educativa. Esse documento orienta que o

currículo, mais que uma lista de conteúdos, constitui-se em um percurso formativo que integra dimensões cognitivas, socioemocionais, culturais e éticas.

A perspectiva assumida pela instituição entende que o currículo é uma construção histórica e social, permeada por valores, escolhas e intencionalidades pedagógicas. O DCRB (2020) reforça que o currículo deve refletir a realidade local, valorizando os contextos culturais, os saberes comunitários e a diversidade identitária presente no território baiano.

Essa abordagem considera que o currículo não é neutro, mas resultado de decisões políticas e pedagógicas que determinam quais conhecimentos são selecionados, como são organizados e de que forma são vivenciados na escola. Assim, o currículo adotado pelo Núcleo Regionalizado F busca integrar conhecimentos científicos, experiências socioculturais e práticas de convivência democrática.

O DCRM amplia essa compreensão ao destacar que o currículo municipal deve fortalecer o vínculo entre escola, comunidade e território, promovendo aprendizagens contextualizadas e significativas. O documento orienta que o currículo precisa dialogar com as necessidades formativas dos estudantes, suas identidades, suas vivências e seus desafios cotidianos, articulando conhecimentos globais e saberes locais. Nessa perspectiva, a escola se coloca como espaço de valorização da cultura de Anguera, reconhecendo a importância da memória, das tradições e da diversidade presente no município.

Ao compreender o currículo como um processo dinâmico, construído coletivamente e em constante revisão, o PPP assume a concepção de que a prática educativa deve ser reflexiva, investigativa e comprometida com a formação integral. A BNCC (2017) aponta que competências e habilidades devem orientar o trabalho pedagógico, promovendo aprendizagens que desenvolvam autonomia, criticidade, criatividade e responsabilidade social.

Assim, a concepção de currículo do Núcleo Regionalizado F fundamenta-se em uma perspectiva crítica, democrática e inclusiva, que articula conhecimentos, práticas e valores para garantir aprendizagens significativas. Essa visão reafirma o compromisso da escola com o desenvolvimento pleno dos estudantes e com a construção de uma educação contextualizada, plural e transformadora, alinhada às diretrizes nacionais, estaduais e municipais.

3.4 CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

As escolas do Núcleo Regionalizado F, procuram de forma transparente agregar pessoas, incluindo a participação ativa de todos os segmentos. Cabe a gestão escolar gerir ou administrar, tomar decisões pensando sempre nas demandas no que a escola possui e necessita de fato, para assim convocar as pessoas que fazem parte do conselho para juntos encontrarmos os meios mais eficientes para se chegar a um denominador comum.

A gestão democrática adotada pelo Núcleo Regionalizado F do município de Anguera-Ba fundamenta-se na compreensão de que a escola é um espaço coletivo, plural e essencialmente humano, onde decisões, práticas e relações devem refletir princípios de participação, diálogo, transparência e co-responsabilidade.

A LDB (BRASIL, 1996) estabelece a gestão democrática como princípio basilar da educação nacional, reconhecendo que a condução da escola deve ocorrer por meio de mecanismos que garantam a participação da comunidade escolar, a descentralização de decisões e o fortalecimento das relações sociais que sustentam o trabalho pedagógico.

A BNCC (2017) reforça essa perspectiva ao afirmar que a formação integral dos estudantes exige ambientes educativos que valorizem a colaboração, a empatia, a cidadania ativa e a convivência democrática. Embora a BNCC trate diretamente de aprendizagens e competências, ela também orienta que as instituições educativas se organizem de modo coerente com esses princípios, especialmente no que diz respeito à construção de um ambiente participativo que envolva estudantes, famílias, professores, gestores e demais atores escolares. Assim, a gestão democrática não é apenas um modelo de administração, mas uma concepção de convivência que atravessa toda a prática educativa.

Os Documentos Curriculares Referenciais da Bahia (DCRB, 2020) e o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) enfatizam que a gestão democrática está diretamente ligada à construção do currículo, ao planejamento das ações pedagógicas e à organização da vida escolar. Esses documentos compreendem que a gestão deve articular práticas que favoreçam a participação coletiva, o fortalecimento da autonomia da escola, a valorização dos profissionais da educação e o reconhecimento dos saberes e experiências das comunidades

envolvidas. Assim, a gestão democrática torna-se elemento estruturante da qualidade social da educação, pois garante que a escola não seja um espaço fechado, mas sim um território de diálogo com o mundo e com o cotidiano dos estudantes.

Autores como Paulo Freire contribuem significativamente para essa compreensão. Para Freire (1996), a educação só se realiza plenamente quando se baseia no diálogo e na participação crítica dos sujeitos, entendendo que “ninguém educa ninguém; ninguém se educa sozinho; os homens se educam em comunhão”.

Assim, a gestão democrática compreende que toda a comunidade escolar é responsável pelo processo educativo, e que as decisões precisam considerar a pluralidade de vozes, experiências e perspectivas que convivem no espaço escolar. Essa concepção humaniza a gestão ao reconhecer o potencial transformador de cada sujeito e a importância de vínculos afetivos e éticos no cotidiano da escola.

A gestão democrática também se relaciona com processos de autonomia administrativa e pedagógica. De acordo com Libâneo (2012), a democratização da gestão implica criar condições para que a escola planeje, execute e avalie suas ações com autonomia responsável, alinhada aos marcos legais, mas sensível à realidade local.

Isso significa que a escola deve construir seu Projeto Político Pedagógico de forma participativa, considerando as especificidades do Núcleo Regionalizado F, suas demandas, seus desafios e suas potencialidades. A participação efetiva em conselhos escolares, assembléias, fóruns e grupos de trabalho constituem importantes mecanismos de diálogo e construção coletiva.

Assim, a concepção de gestão democrática adotada pelo Núcleo Regionalizado F se fundamenta em uma perspectiva crítica, dialógica e participativa, que reconhece a escola como território social vivo. Isso implica promover práticas de escuta ativa, incentivar o protagonismo estudantil, fortalecer a participação das famílias e garantir que todos os atores escolares assumam papel ativo na definição de metas, projetos e decisões pedagógicas.

O conselho escolar é um meio fundamental para fazer a gestão democrática acontecer e aqui no Núcleo Regionalizado F, buscamos a participação dos diversos seguimentos da comunidade escolar. Realizamos a cada três meses reuniões onde são discutidos assuntos relacionados aos pedagógicos, administrativos, financeiros,

organização do ambiente escolar, um espaço de diálogos deliberações, discussões, na tentativa de encontrar soluções para os problemas e desafios que enfrentamos no dia a dia da escola, buscando sempre uma educação de qualidade, apoiada em uma gestão democrática e participativa.

Dessa forma fica entendido que a gestão democrática não é um processo fácil, mas algo que possa ser discutido, analisado e colocado em prática, as tomadas de decisões coletivas fortalecem a unidade escolar dando-lhe apoio para que se construa uma educação de qualidade.

3.5 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o instrumento onde deve conter todas as diretrizes indicadoras de como a pesquisa/estudo, busca do conhecimento deve acontecer. Por isso é de suma importância que o PPP traga traçado caminhos que possibilite aos educandos um contato concreto com o mundo do saber, atrelado aos conhecimentos prévios daqueles que serão conduzidos por este documento.

“A palavra ‘pesquisa’ deriva do latim ‘*perquirere*’ que significa “busca com afinco”. Busca-se aquilo que não se sabe a resposta, nesta perspectiva, pesquisar assume o sentido de investigar” (FELIPE, 2019, p. 29). A pesquisa é parte constitutiva, essencial e porque não dizer, vital na vida do profissional de educação.

A educação é feita de saberes, a construção do saber se dá por via da pesquisa, é a busca pelo conhecimento que enriquece cada vez mais não só o saber teórico do educador, mas, sobretudo o saber fazer, a parte empírica da prática pedagógica. O saber irá possibilitar novas manobras de ensino, soluções, mecanismos diferenciados que fujam da mesmice e possibilite ao aprendiz um novo olhar sobre o teórico que está sendo apresentado.

Entendemos, portanto, que o educador não pode se equiparar a um fotocopidora, isto é, reproduzir apenas aquilo que já está pronto, como uma pessoa copista, que não reflete sobre a situação posta, mas somente reproduz, sem exercer assim práticas pedagógicas investigativas que possa possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, proporcionando a reconstrução do saber por meio da reflexão. Assim, é preciso ter “a pesquisa como caminho didático e investigativo,

por meio do qual a aprendizagem é orientada para a autonomia do aluno” (FREIBERGER; BERBEL, 2010, p.19).

Ensino e pesquisa se equiparam a uma “faca de dois gumes”, não dá para ensinar sem pesquisar. A partir do momento em que nos submetemos ao ensino, automaticamente nos comprometemos com a pesquisa. Assim, a proposta da educação do Núcleo Regionalizado F, é de uma educação que forme sujeitos competentes, com autonomia intelectual, que não aceite passivamente as realidades impostas.

Os documentos curriculares anguerense assinalam a importância da pesquisa para o desenvolvimento da prática pedagógica. Os mesmos vêem a pesquisa como um facilitador do trabalho que é executado na atualidade. Atualmente a tecnologia tem favorecido o acesso à informação, possibilitando a realização de pesquisa e criação de novos conteúdos.

Nunca os meios para pesquisar, produzir e circular conhecimento estiveram tão disponíveis para tanta gente; e isso se transforma em oportunidades educativas, pois “as tecnologias digitais propiciam possibilidades de interação, de autoexpressão e de autoria nunca antes experimentadas” (DCRB, 2022, p. 93).

São muitas as possibilidades proporcionadas quando se está inserido em um espaço conhecimento, são portas que se abrem ao novo e ao diferente que aos poucos passam a se tornarem conhecidas. A escola precisa ser um celeiro que faz brotar o gosto pela pesquisa, pelo conhecimento, pelo saber. Mas não o saber pelo saber, mas um conhecimento que transforme e faça sentido para a vida dos educandos, que lhes possibilitem crescer em ambição de se tornarem aquilo que desde já, vem sendo construído por meio do conhecimento.

A partir do momento em que a escola se consolida como espaço de pesquisa, o ensino aprendizagem passa a se desenvolver de maneira natural. Nós do Núcleo Regionalizado F não disponibilizamos de uma sala de informática, mas em sala de aula disponibilizamos de um ambiente de pesquisa através de ferramentas tecnológicas levada pelo corpo docente que são adequados para que possibilite aos estudantes realizarem pesquisas por meios digitais, incluindo, fazemos pesquisa de campo, observando a natureza, o desenvolver de sementes, observação do solo, do relevo, como também em livros didáticos disponibilizados pelas unidades escolares.

O trabalho pode ser compreendido enquanto modalidade formativa do indivíduo, uma vez que, para desenvolver atividade trabalhista, tendo em vista a nossa realidade que majoritariamente é de agricultura familiar, para o manejo da terra é preciso conhecer, educar-se, formar-se para melhor desenvolver os trabalhos realizados. O que favorecerá a formação do indivíduo como um todo. Percebendo o seu lugar na sociedade enquanto pessoa que atua no mercado ajudando a desenvolver o local onde está inserido.

[...] a Educação Infantil e Ensino Fundamental, o trabalho é compreendido como princípio formativo, o que significa pensar a formação pelo trabalho humano numa perspectiva emancipatória, no sentido de analisar, conhecer e transformar a natureza para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade (DCRB, 2022, p. 60).

Dessa maneira, nós do Núcleo Regionalizado F, buscamos incentivar nossos alunos a valorizarem as atividades desenvolvidas pelos seus pais, a agricultura familiar, contudo, que eles por meio dos estudos possam aprimorar as técnicas aplicadas nesse meio para um melhor rendimento da produtividade realizado pelos pais. Assim, o trabalho fará com que eles busquem novos conhecimentos, formando-se e tornando-se emancipados, isto é, livres e independentes.

Para isso é preciso que a prática pedagógica escolar esteja voltada para uma educação que possibilite o aluno a pensar sobre a sua comunidade, uma prática pedagógica a qual seja contextualizada, onde o aluno se veja e se reconheça como sujeito do estudo. Deseja-se que ele identifique que o espaço estudado é o mesmo onde ele está imerso, reconhecendo espaço e objetos trabalhados nos componentes curriculares.

Nós do Núcleo Regionalizado F, buscamos trabalhar com a comunidade escolar como o todo, o respeito à diversidade por meio de conversas em momentos oportunos, palestras, transmitindo para eles a importância de respeitar e acolher as diferenças encontradas em cada pessoa.

Nas nossas unidades escolares buscamos a conscientização dos nossos alunos desde sempre, ressaltando a importância do respeito ao diferente, de não colocar apelidos nos colegas, de chamar a todos pelo nome, pois o apelido pode mexer com o emocional e a autoestima dos alunos podendo vir a prejudicá-lo no desempenho da aprendizagem.

Percebemos que alguns componentes curriculares ajudam no desenvolvimento do consciente dos alunos no tocante a diversidade. O componente curricular de Língua Portuguesa, História, Ensino Religioso e Ciências percebe-se ser os mais explorados para esse fim. Em Língua Portuguesa pela infinidade de textos que podem ser trabalhados nos mais diversos campos da diversidade; em História, através dos fatos históricos e em Ensino Religioso dentro da própria perspectiva da religiosidade que ainda existe muito preconceito e desrespeito por parte de pessoas que vivenciam as religiões.

4. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

4.1 O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O planejamento pedagógico no Núcleo Regionalizado F, ocorre de forma reflexiva e pensante, a partir do plano de curso desenvolvido no município tendo como referência a BNCC o Currículo da Bahia, o DCRM e o OCEJA, a coordenação pedagógica juntamente com os professores se reúnem em ACs (Atividades Complementares), semanalmente para discutir os objetos de conhecimento a serem trabalhados, levando em consideração o contexto histórico, social e cultural dos alunos, as competências e formação já adquiridas pelos mesmos e o que se pretende alcançar, assim acontece a contextualização das ações pedagógicas a serem desenvolvidas e surgem novas idéias para realização do planejamento semanal, no qual cada professor(a) se encarrega de fazer as adequações para o planejamento diário de acordo as realidades vivenciadas.

Subjacente a esse tipo de trabalho, na Educação Infantil é desenvolvido através de sequências didáticas, seguida por temas. A ênfase está no desenvolvimento das experiências e vivências, garantindo que as crianças vivenciem situações diversificadas, no ensino fundamental o planejamento é desenvolvido com base nas habilidades, desse modo são desenvolvidas estratégias e atividades contextualizadas levando sempre em consideração as vivências dos alunos, nesse sentido, tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental, se espera que os alunos sejam alfabetizados ao término do Ciclo da alfabetização.

O Núcleo Regionalizado F, busca realizar projetos que visam resgatar valores éticos e culturais importantes. Nas atividades são utilizados diferentes recursos lúdicos: jogo de encaixe, brinquedos, livros infantis, brincadeiras, cartazes informativos que contribuem para o desempenho individual e coletivo dos alunos, tudo aliado à tecnologia, a qual é algo que já está presente no dia a dia dos alunos (não como recurso oferecido pela escola diretamente aos mesmos, mas por meios dos pais/responsáveis no ambiente familiar e na sala de aula, por meio dos professores).

Sendo assim, a tecnologia está inserida no nosso trabalho pedagógico, desde os grupos de Whatsapp criados pelos professores como meio de comunicação e interação entre a família e escola, como também a utilização de vídeos entre outros. Dessa forma possibilita o estímulo a aprendizagem, como por exemplo, o trabalho com gêneros textuais e outras atividades que são utilizados recursos digitais e tecnológicos.

Logo, o trabalho em equipe flui de maneira bastante significativa, também por meio da mediação do coordenador pedagógico que, dentre outras funções, atua como articulador desse processo é uma peça chave que contribui na tomada de decisões entre família, educadores e gestão, exerce um papel de suma importância de referência para alunos e corpo docente. Consideramos que, é necessário ter intenções pedagógicas e planejamento pautados no funcionamento do corpo escolar, para atingir as metas colocadas.

4.2 TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS INSPIRADORAS

A Pedagogia Libertadora, fundamentada principalmente nas idéias de Paulo Freire, compreende a educação como um processo crítico, dialógico e emancipador, no qual os sujeitos são reconhecidos como protagonistas de sua própria formação. Essa perspectiva entende que o ensino não deve ser baseado na transmissão mecânica de conteúdos, mas em práticas problematizadoras que levem o estudante a refletir sobre a realidade e agir para transformá-la.

A Pedagogia Libertadora afirma que aprender é um ato político e ético, por meio do qual educador e educando constroem juntos o conhecimento, superando

relações verticalizadas e promovendo autonomia, consciência crítica e participação social.

Já a Pedagogia Histórico-Crítica, inspirada nos estudos de Dermeval Saviani e outros teóricos críticos, defende que a educação deve garantir aos estudantes o acesso aos conhecimentos científicos, culturais e artísticos historicamente produzidos pela humanidade. Para essa tendência, a escola tem o papel de socializar saberes elaborados, permitindo que todos os estudantes compreendam as estruturas sociais e desenvolvam capacidade de análise crítica.

A aprendizagem ocorre a partir da mediação intencional do professor, que organiza o ensino de modo sistematizado, articulando prática social, problematização, instrumentalização, catarse e prática social transformada. Assim, a Pedagogia Histórico-Crítica busca formar sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade social por meio do domínio do conhecimento.

Dentre as tendências pedagógicas que estas unidades escolares defendem e se comprometem a praticar estão a Pedagogia Libertadora e a Histórica-Crítica, que estão englobadas na Corrente Realista-Progressista, que visa uma educação esclarecedora do povo e para uma transformação histórica do trabalho escolar público democrático e de toda a população.

Corrente Pedagógica Histórico-Crítica: Essa corrente pedagógica busca a formação de sujeitos críticos, que não se submeta à maneira como a sociedade lhe é apresentada, mas que busque transformá-la. Essa forma de pensar surge a partir da década de 70.

Na década de 1970 há a necessidade premente de se articular uma proposta pedagógica cujo compromisso maior seja a transformação da sociedade e não sua manutenção. Dessa forma surge A Pedagogia Histórico-Crítica num movimento pedagógico como resposta as pedagogias não-críticas (Tradicional, Escola nova e Tecnicista) e as pedagogias crítico-reprodutivista (Escola como Aparelho Ideológico do Estado, Teoria da Reprodução e a Escola Dualista). Assim, o objetivo desta tendência é resgatar a crítica e a dialética no processo de ação-reflexão sobre a práxis social (SAVIANI, 2011, p. 13).

A Corrente Pedagógica Histórico-Crítica está subdividida em três pontos essenciais para o seu desenvolvimento no ensino-aprendizagem, estes pontos são: prática-teoria-prática, assim, o objetivo da pedagogia Histórico-Crítica “é a articulação de uma proposta pedagógica que se empenha, não apenas para manter

a sociedade como está posta, mas para transformá-la a partir da compreensão dos condicionantes sociais” (SAVIANI, 2011, p. 13).

Assim, a pedagogia Histórica Crítica procura despertar a atividade e atitude do educador no sentido de incentivá-lo a buscar o diálogo entre os educandos e demais representantes da comunidade escolar, levando em conta os conhecimentos prévios, experiências históricas, tendo o aluno como centro do processo de ensino-aprendizagem.

Corrente Pedagógica Libertadora: Essa tendência atrela a educação à luta e organização de classe do oprimido, e está centralizada nas discussões sobre temas sociais e políticos em que o professor coordenará atividades atuando juntamente com os alunos. Tendo como saber mais importante, o de ter uma consciência da realidade em que vive, buscando a modificação social e a condição de se emancipar através da elaboração da consciência crítica. (SAVIANI, 2011).

As nossas instituições propõem trabalhar com a formação do sujeito de forma clara, participativa, contextualizada, levando em consideração os saberes prévios dos discentes, respeitando a realidade em que vivem, bem como a sua história de vida, desenvolvendo atividades que facilitem a aprendizagem, tornando-os seres autônomos em seu processo histórico e educacional.

4.3 A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

A avaliação, no contexto escolar, deve ser compreendida como um processo contínuo, sistemático e intencional que visa promover a aprendizagem dos estudantes e subsidiar a ação pedagógica dos professores. Longe de ser um instrumento punitivo ou classificatório, a avaliação precisa estar a serviço do desenvolvimento integral do aluno e da melhoria da prática docente. Como defende Luckesi (2011), "avaliar é um ato de amor e de compromisso com o crescimento do educando".

Dentro dessa perspectiva, destacam-se quatro modalidades fundamentais de avaliação: **diagnóstica, formativa, somativa e comparativa**.

A avaliação diagnóstica ocorre, geralmente, no início do ciclo letivo, de uma unidade ou de um conteúdo. Seu objetivo principal é identificar os conhecimentos

prévios dos estudantes, suas dificuldades e potencialidades, possibilitando ao professor traçar estratégias pedagógicas mais eficazes.

A avaliação formativa é processual, contínua e orientada para o acompanhamento da aprendizagem durante todo o percurso escolar. Ela possibilita intervenções pedagógicas oportunas, permitindo que o estudante avance com autonomia.

A avaliação somativa ocorre ao final de um processo ou período de aprendizagem, com a finalidade de verificar o que foi aprendido em relação aos objetivos propostos. Ela se expressa por meio de notas ou conceitos e serve para tomadas de decisão institucionais, como promoção ou retenção.

Segundo Scriven (1967), a avaliação somativa é aquela que “sintetiza os resultados da aprendizagem, possibilitando julgamentos sobre a eficácia do processo”. No entanto, seu uso deve ser equilibrado e articulado às demais formas de avaliação para que não reduza o estudante a números.

A avaliação comparativa analisa o desempenho do estudante em diferentes momentos ou em relação a determinados padrões (internos ou externos). Essa modalidade deve ser utilizada com cautela para evitar práticas classificatórias ou excludentes. Como alerta Esteban (2002), “a comparação é válida se contribuir para a análise crítica do processo e para a tomada de decisões pedagógicas que respeitem as especificidades de cada realidade”

A avaliação para a aprendizagem deve reunir diferentes modalidades avaliativas de forma integrada e consciente, respeitando os tempos e os ritmos dos estudantes. A prática avaliativa deve ser coerente com os princípios do Projeto Político Pedagógico da escola, orientada por critérios claros e voltada à valorização do percurso de cada aluno.

O Conselho de Classe da escola se torna um órgão permanente, pois além de se reunir no final do ano letivo, também se reúne, formalmente, ao mínimo por duas vezes no decorrer das etapas letivas, mais especificamente nos pré-conselhos definidos no Calendário Letivo da Rede Municipal.

O plantão pedagógico é um momento institucional previsto no calendário escolar, destinado ao diálogo entre escola, professores, estudantes e famílias, com o objetivo de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma estratégia que permite a escuta ativa das dificuldades, avanços e necessidades dos

alunos, promovendo o alinhamento entre as ações pedagógicas e o percurso individual de cada estudante.

Durante o plantão pedagógico, os professores disponibilizam horários específicos para conversar com os responsáveis, apresentar os resultados das avaliações, discutir o comportamento, o rendimento escolar e traçar estratégias conjuntas de apoio à aprendizagem. É, portanto, um espaço privilegiado de orientação, acolhimento e co-responsabilidade entre família e escola, contribuindo diretamente para o fortalecimento do vínculo escolar e a melhoria da qualidade do ensino.

Em conformidade com a legislação educacional vigente, as escolas da Rede Municipal de Ensino de Anguera são orientadas a planejar e implementar ações específicas de **recomposição da aprendizagem**, com foco nos estudantes que apresentam baixo rendimento nas avaliações. Essas ações têm como objetivo garantir o direito à aprendizagem, promovendo intervenções pedagógicas intencionais, contínuas e adaptadas às necessidades dos alunos, de modo a recuperar e fortalecer os conhecimentos essenciais não consolidados ao longo do processo escolar.

A recomposição é prevista em 3 momentos, a priori, a primeira no começo do ano focando nas habilidades que não foram atingidas e foram reveladas com a avaliação diagnóstica; a segunda logo após o primeiro pré-conselho, onde é feito o levantamento da criticidade com base nos relatos dos professores, já o terceiro momento é feito logo após o segundo pré-conselho, dando assim a oportunidade desse aluno que não está atingindo de alguma forma as metas, conseguir que as habilidades e as competências sejam atingidas.

Dessa forma, as escolas que fazem parte do Núcleo Regionalizado F estabelecem os seguintes instrumentos avaliativos no âmbito da Etapa da Educação Infantil:

Registros Diários: Produzidos diariamente pelo professor em forma de anotações, a partir das observações das propostas de atividades realizadas com e pelas crianças, a respeito do que foi apresentado e como se inseriram no processo, como meio de manter a memórias das experiências vividas e fornecer elementos que enriqueçam posteriormente a elaboração dos relatórios.

Essas observações e registros oportunizam conhecer e acompanhar cada criança em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais, seus modos de ser e agir. Para isso, torna-se fundamental que o professor anote o nome da criança, idade, local e horário do que está sendo observado. Além das anotações, existem outras formas de registros como gravação das falas, vídeos, fotografias e atividades realizadas pelas próprias crianças.

Avaliação Diagnóstica: Ferramenta que ajuda a mapear os conhecimentos prévios trazidos pela criança, realizada logo nos primeiros dias do ano letivo. Essa avaliação tem como objetivo conhecer o desenvolvimento da criança e também possibilitar ao professor um planejamento significativo com base nas informações obtidas. Os modelos adotados pela Rede Municipal são os seguintes:

- ✓ Evolução do Desenho (Creche - grupos 02 e 03);
- ✓ Evolução da Escrita (Creche grupo 03);
- ✓ Evolução do Desenho (Pré-escola - grupos 04 e 05);
- ✓ Atividade Diagnóstica: Leitura e Escrita / Letramento Matemático (Pré-escola - grupos 04 e 05);

Vale salientar que a avaliação diagnóstica será realizada no início de cada etapa letiva nos grupos supracitados. É importante ressaltar, que logo no final do primeiro semestre a escola realiza um questionário de autoavaliação do professor, conforme orienta o DCRM “objetivando despertar reflexão e análise sobre suas práticas, no sentido de colaborar para o desempenho da ação pedagógica [...]”. Essa autoavaliação é um instrumento que permitirá a partir da autorreflexão do professor, a construção de um trabalho mais consciente e efetivo, ao longo do período letivo.

Portfólio: Instrumento importante que serve para comunicar as aprendizagens e o desenvolvimento dos estudantes. Caracteriza-se por registrar diferentes momentos e vivências da criança na instituição. De acordo Shores e Grace (2001, p. 43) no livro Manual do Portfólio “os portfólios são definidos como uma coleção de itens que revela, conforme o tempo passa os diferentes aspectos do crescimento e do desenvolvimento de cada criança”. Sendo assim, nele devem constar as produções que mais fizeram sentido para a criança, revelando suas habilidades e evidenciando suas aprendizagens. Existem vários tipos de portfólio, no entanto na Educação Infantil destacaremos os seguintes:

- ✓ **Portfólio de Aprendizagem:** Esse portfólio vai armazenando todas as

produções das crianças durante cada etapa letiva. No final de cada etapa deverá ser entregue as famílias nos respectivos plantões pedagógicos. Vale ressaltar, que o Portfólio é muito mais que uma coleção de atividades produzidas pelas crianças, é um meio de promover a reflexão e reorganização do planejamento a partir das informações colhidas, orientando as ações pedagógicas com foco no desenvolvimento das aprendizagens da criança.

✓ **Portfólio de Evolução:** Está prática se deu no Núcleo Regionalizado F, no início do ano 2025, acontece de forma continua onde o professor elabora e organiza atividades a serem comparadas posteriormente com o objetivo de identificar o nível de desenvolvimento e avanços dos educandos de uma etapa para outra. Um portfólio de evolução não é visto apenas como uma coleção de trabalhos, mas sim um registro do processo de ensino aprendizagem, que evidência como as habilidades e competências foram concebidas, as dificuldades encontradas e como foram resolvidas.

✓ **Relatório Individual:** Caracteriza-se como uma narrativa que tem como objetivo comunicar as aprendizagens, expressando avanços, conquistas e descobertas no processo educativo da criança, bem como relatar o processo vivido em sua evolução, dando visibilidade tanto ao seu desenvolvimento e aprendizagem quanto ao trabalho pedagógico realizado.

O relatório deve ser fruto dos registros diários feitos pelo professor, devendo manter consonância com o Portfólio. Ao redigir o relatório individual da criança, o professor deve estar atento e relatar as aprendizagens dentro do contexto vivido, as características de desenvolvimento da criança a partir das interações, brincadeiras e mediações, refletindo sobre as experiências que foram oportunizadas.

A elaboração dos relatórios será consolidada no final de cada etapa letiva, estes deverão ser socializados com os pais ou responsáveis pela criança, até 15 dias corridos a partir do término das etapas previstas no calendário letivo, em plantão pedagógico, para que tenham conhecimento do desempenho da criança e do trabalho realizado pela instituição, que deverá anexar uma cópia na pasta de documentos da criança e entregar outra cópia aos pais ou responsáveis junto com o portfólio de atividades desenvolvidas durante a etapa.

No Ensino Fundamental o ato de avaliar ocorre das seguintes maneiras, processuais e continua, na avaliação continua avaliamos no dia a dia o desempenho

dos alunos, as conquistas para o avanço na aprendizagem significativa e também fazendo a autoavaliação do trabalho que está sendo desenvolvido, bem como suas contribuições favoráveis ou não para a aprendizagem, quanto à processual ocorre em três períodos denominados por etapas, tendo como objetivo diagnosticar as competências e habilidades desenvolvidas, sendo assim irá contribuir para elaboração dos planejamentos seguintes posteriores aquela etapa.

A avaliação dos estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental anos iniciais se dá através de relatórios descritivos que são elaborados pelos professores onde são descritos todos os avanços dos educandos durante a etapa vigente bem como as dificuldades encontradas e a metodologia que a unidade escolar oferece para sanar tais adversidades, nesta mesma oportunidade os relatórios são socializados ação que acontece durante o plantão pedagógico realizado nas escolas que compõem o Núcleo Regionalizado F onde são reunidos os pais ou responsáveis com a finalidade de dialogar sobre as ações pedagógicas desenvolvida em sala de aula durante a etapa letiva corrente, em seguida é feita a leitura dos relatórios para os pais ou responsáveis dando-lhes uma cópia do mesmo e outra cópia é arquivada na pasta do estudante.

4.4 OS TEMAS INTEGRADORES

Os temas integradores que compõem o currículo do Núcleo Regionalizado F representam um eixo estruturante para a construção de aprendizagens que dialoguem com a realidade dos estudantes e com os valores que orientam a comunidade escolar. Considerando que o Núcleo Regionalizado foi instituído recentemente, esse processo ainda se encontra em fase de consolidação, especialmente no que se refere à definição dos temas que serão priorizados e às metodologias que orientarão sua abordagem pedagógica.

Nesse contexto, a escola assume o compromisso de desenvolver, de forma coletiva e participativa, um currículo que “ganhe a cara” de seus espaços educativos, valorize os saberes locais e promova experiências significativas para os discentes, assegurando que os temas integradores se constituam como instrumentos de formação integral, articulando conhecimentos, práticas e vivências do cotidiano escolar e comunitário.

No ano de 2026 as escolas que formam o Núcleo Regionalizado F aos poucos irão inserir no seu escopo os seguintes temas integradores: **Educação em Direitos Humanos, Educação para a Diversidade, Educação para o Trânsito, Saúde na Escola, Educação Ambiental, Educação Financeira e para o Consumo, Cultura Digital e Educação Fiscal.**

4.5 RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGEM

No cotidiano da escola, no âmbito do Núcleo Regionalizado F, a recomposição das aprendizagens e o Projeto Alfabetiza assumem centralidade como eixos estruturantes para a garantia do direito de aprender e para a consolidação de um currículo com identidade própria e sentido para os estudantes. Por se tratar de um Núcleo criado recentemente, esse processo ainda se encontra em fase de fortalecimento institucional, o que exige planejamento colaborativo, escuta sensível e organização pedagógica para alinhar práticas, metas e estratégias às realidades de cada unidade escolar.

Em consonância com as Diretrizes para a Avaliação da Aprendizagem e o Rendimento Escolar, a escola compreende a recomposição como um percurso contínuo de diagnóstico, intervenção e acompanhamento, orientado pelos princípios da BNCC, do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e do Documento Curricular Referencial Municipal de Anguera (DCRM). Essa abordagem ultrapassa a simples retomada de conteúdos e se consolida como uma ação pedagógica intencional, que reconhece os diferentes ritmos, trajetórias e necessidades dos estudantes, promovendo equidade e inclusão no cotidiano escolar.

Nesse contexto, o **Projeto Alfabetiza** se afirma como estratégia estruturante para o fortalecimento das aprendizagens essenciais, especialmente nos campos da leitura, da escrita e do raciocínio matemático, articulando sequências didáticas, projetos interdisciplinares, tutoria pedagógica e acompanhamento formativo. Inspirada em referenciais teóricos que valorizam a avaliação do processo e a dimensão humana da aprendizagem, a escola mobiliza professores, gestão, coordenação e famílias em um compromisso coletivo.

Assim, a recomposição das aprendizagens se configura como um movimento permanente de aprimoramento pedagógico, orientado para a construção de

trajetórias escolares mais consistentes, justas e significativas para todos os estudantes do Núcleo Regionalizado F.

4.6 AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC'S)

Durante os encontros semanais para alinhar as ações a serem desenvolvidas em sala de aula discute-se também sobre projetos externos e internos, avaliações externas bem como tudo que norteiam para o avanço, e a autonomia do aprendizado.

Nos momentos de ACs são realizadas formações com os professores e auxiliares de ensino, uma prática, para ajustar com as práticas educativas desenvolvidas no cotidiano escolar, reforçando a idéia que as instituições de ensino devem ser reconhecidas como espaços necessários de formação, para garantir aos alunos uma educação de qualidade.

Os professores têm a oportunidade de assumirem o protagonismo da sua trajetória, partilhando momentos de reflexão da prática, saberes coletivos tendo a formação dentro da profissão, em seu local de trabalho. Os momentos formativos nas escolas do Núcleo Regionalizado F, vêm acontecendo com frequência, através de pesquisas, momentos de estudos, discussões da prática docente entre outros.

O planejamento pedagógico ocorre de forma refletida e criteriosa, tendo como referência o plano de curso desenvolvido pelo município, fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e no Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM).

A coordenação pedagógica, juntamente com os professores, reúne-se semanalmente em Atividades Complementares (ACs), às segundas-feiras e terças-feiras, para selecionar os objetos de conhecimento que serão trabalhados. Nesses encontros, considera-se o contexto histórico, social, cultural e emocional dos alunos, bem como seus conhecimentos prévios, analisando-se as habilidades e competências já desenvolvidas e aquelas que se pretende construir, com vistas à consolidação da aprendizagem.

A partir dessas discussões, ocorre a contextualização das ações pedagógicas que serão realizadas, e cada professor (a) adequa seu planejamento à realidade de seus alunos, procurando garantir um aprendizado integral, sem desconsiderar as

especificidades vivenciadas por cada estudante.

Na Educação Infantil, esse trabalho se desenvolve principalmente por meio de sequências didáticas, nas quais as experiências e vivências das crianças orientam a construção de aprendizagens significativas. Já no Ensino Fundamental, o planejamento organiza-se com base nas habilidades previstas nos documentos curriculares, priorizando atividades contextualizadas que se relacionem à realidade do aluno e valorizem seus conhecimentos prévios. Por essa razão, busca-se, desde a Educação Infantil até os anos iniciais, promover um processo contínuo de alfabetização, culminando na consolidação do ciclo alfabetizador.

4.7 PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR E DO ALUNO

Perfil da Docência

O perfil da docência no Núcleo Regionalizado F do município de Anguera-BA compreende o professor como mediador, pesquisador e agente essencial no processo formativo dos estudantes.

A BNCC (2017) destaca que o professor é responsável por organizar situações de aprendizagem significativas, que promovam o desenvolvimento das competências gerais, considerando as dimensões cognitivas, socioemocionais, éticas e culturais dos estudantes. Dessa forma, o docente é visto como profissional que planeja, intervém, avalia e acompanha cada etapa do processo educativo, favorecendo a autonomia e o protagonismo discente.

O DCRM (2022) reforça que o professor deve articular conhecimentos científicos, pedagógicos e culturais, reconhecendo a diversidade sociocultural do território de Anguera-Ba e valorizando práticas contextualizadas que dialoguem com a realidade do semiárido baiano. Já as DCRB (2023) apontam que o docente precisa assumir o compromisso com uma educação equitativa, inclusiva e pautada no direito de aprender, garantindo metodologias ativas, avaliações formativas e práticas que reduzam desigualdades.

Do ponto de vista teórico, o papel docente está profundamente ligado à perspectiva humanizadora de Freire (1996), segundo a qual ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, reflexão crítica, ética e compromisso com a transformação social. Nessa mesma direção, Tardif (2002) compreende que a

docência é constituída por um conjunto de saberes profissionais que se constroem na experiência, no estudo e na prática cotidiana, exigindo constante atualização e reflexão sobre o próprio fazer pedagógico.

A abordagem histórico-crítica, conforme Saviani (2003) reforça que o docente deve garantir o acesso aos conhecimentos sistematizados, assegurando a função social da escola e promovendo aprendizagens que possibilitem aos estudantes compreender e transformar a realidade. Assim, o professor idealizado neste PPP é um profissional ético, pesquisador, comprometido com a justiça social e sensível às singularidades dos estudantes, atuando de forma colaborativa e democrática. Mais do que transmissor de conteúdos, é sujeito ativo que inspira, acolhe, orienta e constrói, junto com os estudantes e a comunidade, caminhos para uma educação de qualidade, emancipadora e socialmente referenciada.

Perfil do Estudante

O perfil do estudante do Núcleo Regionalizado F do município de Anguera-BA fundamenta-se na compreensão de que cada criança, adolescente, jovem e adulto é sujeito histórico, cultural e social, portador de identidades plurais e inserido em realidades diversas que influenciam sua forma de aprender e participar do mundo.

A BNCC (2017) orienta que o estudante deve ser reconhecido como protagonista do processo educativo, desenvolvendo competências cognitivas, socioemocionais e éticas que lhe permitam atuar de maneira crítica, colaborativa e responsável na sociedade contemporânea.

Da mesma forma, o DCRM (2022) e o DCRB (2023) reforçam que os estudantes são sujeitos ativos da aprendizagem, devendo ser acolhidos em sua integralidade, valorizando-se seus conhecimentos prévios, ritmos, interesses e experiências territoriais, especialmente aquelas ligadas à cultura e às práticas sociais do semiárido baiano.

Nesse sentido, o estudante que se deseja formar é autônomo, participativo e comprometido com o bem comum, desenvolvendo-se de maneira integral, o que inclui dimensões cognitivas, emocionais, sociais, culturais e éticas. A perspectiva humanizadora defendida por Freire (1996) compreende que o estudante se constitui em diálogo com o mundo e com o outro, construindo significados e desenvolvendo consciência crítica sobre a realidade em que vive.

Já a abordagem histórico-crítica, conforme Saviani (2003) indica que o estudante deve acessar conhecimentos sistematizados que possibilitem a leitura e transformação da sociedade. Assim, o perfil discente almejado articula formação crítica e acesso ao conhecimento, garantindo o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno.

Dessa forma, as escolas do Núcleo Regionalizado F assumem o compromisso de formar estudantes reflexivos, empoderados, conscientes de seu papel na comunidade e capazes de agir com responsabilidade, criatividade e sensibilidade diante dos desafios do presente e do futuro.

5. ETAPAS DO ENSINO

5.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

As escolas do Núcleo Regionalizado F, concebem a criança como um ser social, que são vistas como sujeitos que criam histórias que já trazem consigo conhecimentos, é nessa fase que as crianças começam a sentir a pensar a desenvolver o pensamento, a infância é o período em que as mesmas começam a se relacionar com outras crianças fora do contexto familiar, na escola, na comunidade ao qual a mesma está inserida.

O Documento Curricular Referencial Municipal (2022) diz que:

É nessa fase que a criança participa de grupos sociais fora do contexto familiar e onde passa a conviver com outras pessoas, com isso exercita sua cidadania a partir da convivência em sociedade. Também é necessário, pensar a Educação Infantil como um espaço em que a criança tenha suas potencialidades incentivadas e que promova o desenvolvimento das habilidades da infância e das funções cognitivas, como: observação, imaginação, curiosidade, memória e a atenção, através de intencionalidades pedagógicas pautadas nas interações e brincadeiras, eixos estruturantes contidos na BNCC, referentes a esta etapa. (ANGUERA, 2022, p.69).

Sendo assim percebemos que as crianças ao chegarem à escola trazem consigo conhecimentos que na relação com outras pessoas compartilham entre si, como seu nome, idade, qual seu brinquedo e brincadeiras preferidas, o que gostam de comer, sua cor que mais gostam os desenhos preferidos, as músicas.

As crianças são o foco de todos os trabalhos desenvolvidos na Educação Infantil do Núcleo Regionalizado F, a escuta de cada criança e a identificação das

culturas infantis são ações de cuidado e atenção contínuos dos profissionais de educação que aqui trabalham. Estamos sempre proporcionando momentos em que as crianças possam experimentar descobrir, manipular objetos e vivenciar situações em um ambiente seguro e acolhedor permitindo a criança ser independente, fazendo-a sentir-se amada e reconhecida em suas descobertas.

A Educação Infantil é umas das etapas mais importantes na formação do ser humano é nesse período que as crianças ampliam suas interações sociais, passando a adquirir novos conhecimentos e a desenvolver novas habilidades, novas competências, contribuindo de forma significativa para o seu desenvolvimento. Assim, a escola e os profissionais precisam estar bem-preparados para trabalhar com os alunos, oferecendo momentos que enriqueçam ainda mais o aprendizado proporcionando atividades variadas como jogos, brincadeira faz de conta, que estimulam os pequenos a investigarem, perguntarem e experimentarem novas experiências.

O Núcleo Regionalizado F, trabalha de forma que valorize e garanta os direitos de aprendizagem das crianças, oportunizando em seu planejamento, o direito de conviver com outras crianças, adultos utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si com o outro, respeitando a cultura e a relação com os demais. Estimulando as brincadeiras em diferentes espaços, ampliando cada vez mais a imaginação, sua criatividade de forma que a mesma explore movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, em suas diversas modalidades, as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

5.1.1 Creche

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica tem como premissa o desenvolvimento integral da criança nos seus variados aspectos, dando continuidade às ações da família e da comunidade.

O desenvolvimento cognitivo das crianças acontece nos primeiros anos de vida, a entrada da criança na creche marca o início do percurso pedagógico e cabe às nossas Escolas propiciar à criança a aquisição e a produção de conhecimento, respeitando a sua individualidade, valorizando o universo infantil, repleto de imaginação, descoberta, curiosidade e brincadeiras.

Atendemos crianças na faixa-etária de 1 a 3 anos, oferecendo educação e cuidados, visando o desenvolvimento de suas diversas linguagens, respeitando seu contexto histórico e cultural, suas individualidades e necessidades, oportunizando a construção do conhecimento e a interação com os outros, permeados por atividades lúdicas, na perspectiva do direito da criança, quanto às questões relacionadas à sua saúde, higiene, alimentação, segurança e desenvolvimento e aprendizagem.

No que se refere ao organizador curricular o Documento Curricular Referencial da Bahia diz que:

Na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, o Organizador Curricular tem como pressuposto articular os princípios preconizados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil aos Campos de Experiências, ao processo de desenvolvimento da aprendizagem e à formação integral da criança. (DCRB, 2022, p. 138).

Assim procuramos desenvolver um trabalho voltado à realidade dos nossos alunos, porém dentro das nossas possibilidades, incentivando o desenvolvimento deles para quando saírem da educação infantil possa ingressar no ensino fundamental com as aprendizagens essenciais, comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto as vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes.

5.1.2 Transição da Creche para a Pré-Escola

O funcionamento da creche no Núcleo Regionalizado F, se dá a partir dos dois e três anos de idade, porém essa oferta não acontece em todas as escolas, apenas o Prédio Escolar Professora Hélia Maria Brandão oferece o grupo 02, 03, 04, e 05 as demais o funcionamento ainda acontece com turmas multisseriadas.

Tendo em vista essa realidade, as escolas que possuem turmas multisseriadas, a transição feita pelos alunos acontece na teoria, mas não na prática, uma vez que, esses alunos embora mudem de séries, não muda de turma, professor e escola permanecendo no mesmo ambiente educativo. Contudo, esses alunos, ao iniciarem o novo ano letivo, ficam informados pela equipe escolar, que mesmo fazendo parte da mesma turma se encontra em uma nova série.

A transição entre essas duas etapas acontece de forma tranquila, mas com muita atenção de forma que a entrada na pré-escola possa dar seguimentos aos estímulos desenvolvidos no grupo 02 e 03, oportunizando nas crianças seus desenvolvimentos em todos seus aspectos, além de estimular novas descobertas e experiências.

5.1.3. Pré-Escola

As escolas que compõem o Núcleo Regionalizado F, ofertam o ensino para as crianças da pré-escola. Seguindo o que é posto no art. 30 da LDB (1996):

A educação infantil será oferecida em:

I – Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – Pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

A Pré-Escola reúne crianças na faixa etária de 4 e 5 anos. Nesse período elas concretizam o aprendizado sobre a escrita do nome, reconhecimento do alfabeto e números, como também a leitura de palavras simples. Para que essa realidade se consolide, faz-se necessário a participação ativa da família como contribuinte no processo de alfabetização da criança.

A Pré-Escola deve ser um espaço de experiências significativas que garantam a aprendizagem e o desenvolvimento infantil. É importante destacar neste documento a relevância das brincadeiras que envolvem cantigas, parlendas, rimas, os jogos de sons e palavras, as contações de histórias para tornar a leitura divertida e consequentemente, estimular a escrita, neste período educacional (DCRM, 2022, p.101).

As nossas escolas, por meio dos docentes, buscam ofertar para nossas crianças um brincar com significado, isso é, a aprendizagem por meio de momentos lúdicos. Nesses períodos, as professoras usam desde riscos no chão para trabalhar o equilíbrio, noção de espaço (direita e esquerda), bolas coloridas para trabalhar as cores primárias e contagem, como também a contação de histórias com o reconto feito pelas crianças.

5.2 ENSINO FUNDAMENTAL

5.2.1 Anos Iniciais

O Ensino Fundamental é a etapa mais longa no ciclo da educação básica, o que corresponde a 9 anos, desses, 5 anos de ensino corresponde ao Ensino Fundamental I. Um período essencial para a formação dos alunos, principalmente os dois primeiros anos, nos quais é consolidada a alfabetização.

Esse período é essencial para que a criança possa adquirir as habilidades e competências que irá possibilitar o desenvolvimento deles nos anos subsequentes, por isso buscamos seguir de perto todas as orientações dadas pelo currículo nacional, estadual e municipal. Esse período será para que eles possam consolidar o que já foi visto nos anos anteriores e ampliar novos conhecimentos.

Compreendemos que nos anos iniciais a criança deverá ter realizado até término do ciclo da alfabetização:

O que se propõe é que haja a construção da consciência fonológica, do conhecimento sobre as diferentes estruturas silábicas, as regularidades ortográficas diretas, as diferentes grafias do alfabeto (nos dois primeiros anos); construção das regulares ortográficas (contextuais e morfológicas) na ortografização; desenvolvimento da fluência em leitura de forma gradativa em níveis de complexidade crescente. (DCRM, 2022, p.120).

Dessa maneira faz-se necessário o trabalho com as habilidades competentes a tais realidades. Contudo, não é somente trabalhar as habilidades, mas a maneira como elas são desenvolvidas em sala, o que implica diretamente na prática pedagógica do professor, o qual precisa desenvolver mecanismos facilitadores da aprendizagem, para que assim seus educandos se desenvolvam de acordo com o esperado para a faixa etária de cada um deles.

A Resolução CEE N.º 137, de 17 de dezembro de 2019, em seu Art. 16 no § 1º diz que deverá:

Priorizar-se-ão, nesse período, os procedimentos que reforcem o desenvolvimento da competência em leitura e escrita, bem como os relacionados com a aquisição do senso numérico, por meio de estratégias que fortaleçam o uso eficaz da escrita, a fluência leitora e a desenvoltura com as competências da cognição numérica.

Enquanto nos dois primeiros anos o foco está na alfabetização, nos anos do ciclo complementar a preocupação está em conceber solidez ao letramento e a alfabetização, como também garantir as aprendizagens próprias de cada tempo, como a leitura de textos que irá possibilitar o desenvolvimento da oralidade, do

expressar-se, a leitura de imagens explorando as cores, movimentos, traços e o que está implícito em cada imagem e textos.

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica exige bastante atenção, pois necessita de equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo a continuidade dos desenvolvimentos dos alunos. Assim fica evidenciada a importância de pensar no planejamento que contemple estratégias de acolhimento, adaptação para quando ingressar no Ensino Fundamental os mesmos possam se sentirem confortáveis e seguros na continuidade de seus estudos, já que os mesmos irão ingressar na etapa mais longa da educação básica.

O Documento Curricular Referencial da Bahia (2022) diz que:

Essas mudanças impõem desafios na elaboração de currículo para a etapa do Ensino Fundamental, de modo a superar as lacunas que ocorrem entre as etapas da Educação Básica, mas principalmente entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e as duas fases do Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Anos Finais, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens dos estudantes, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que são estabelecidas entre os conhecimentos. (DCRB, 2019, p. 147).

Contudo o município de Anguera preocupado com essa transição elaborou o seu currículo de forma a garantir o desenvolvimento entre as etapas de ensino, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que são estabelecidas entre os conhecimentos, pois nessa fase, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações no meio social.

Como cita o DCRM (2022):

Ainda, nos Anos Iniciais é importante desenvolver um trabalho alinhado às práticas pedagógicas em que o ambiente escolar, seja organizado por meio dos interesses e necessidades de aprendizagem apresentados pelos alunos, vislumbrando suas vivências, na compreensão que é fundamental ampliar as operações cognitivas, através de mobilizações pedagógicas, no intuito de que possam desenvolver o aprendizado esperado. (ANGUERA, 2022, p. 106).

Assim os alunos do Núcleo Regionalizado F, ao ingressarem no primeiro ano são recebidos com bastante entusiasmo e com o planejamento bem estruturado favorecendo suas interações com o espaço, a relação com diferentes linguagens, incluindo os usos sociais da escrita e da matemática, permitindo a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens, na escola e no seu entorno.

No 1º ano os alunos passam a ter uma rotina diferenciada, com novos materiais, livros, apostilas, caderno, no decorrer do ano os educandos vão adquirindo novos hábitos, responsabilidades dando continuidade ao processo de alfabetização, da comunicação oral, o sistema da escrita alfabética, os registros dos símbolos matemáticos, diferenciar letras de números, realizar cálculos orais, escritos e situações que favoreçam seu processo de alfabetização.

5.2.2 Transição do 2º Ano para o 3º Ano

A transição do 2º ano para o 3º ano é um período de suma importância, pois ela é marcada por desafios, onde o foco principal é a consolidação do processo de leitura e escrita. Ao finalizar o 2º ano espera-se que eles tenham aprendido a ler e escrever com autonomia, a interpretar, conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais tenha aprendido o sistema de numeração decimal, ampliando cada vez mais seus conhecimentos tanto no campo matemático, como linguístico, que passem a conhecer mais o próprio corpo, suas funções, as transformações que o mesmo apresenta nessa fase da vida e os meios para lidar com elas.

O Documento Curricular Referencial Municipal na portaria SEC Nº 02/2010 diz que:

O Ensino Fundamental de 09 Anos na Rede Municipal de Ensino de Anguera considera que o currículo desta etapa da Educação Básica deve garantir às crianças e adolescentes:

- I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade;
- III - a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços da solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social (ANGUERA, 2022, p. 104).

Nesse período os alunos estão vivenciando mudanças no processo de desenvolvimento na leitura, escrita, pensamento crítico e criativo, sendo importante se manter um trabalho pedagógico que valorize os conhecimentos prévios das crianças, no sentido de conduzi-los a novas aprendizagens.

Durante esse processo de transição é comum alguns alunos chegarem ao final do ciclo sem competências e habilidades próprias ao momento do processo

ensino aprendizagem, dessa forma, o planejamento contempla ações específicas para quando iniciarem o novo ciclo os professores possam ter alguns cuidados essenciais, em tenta-se, a realização de avaliações diagnóstica por etapa letiva, com objetivo de identificar as causas das dificuldades particulares dos educandos na assimilação dos conhecimentos. Com esses dados em mãos os educadores passam a estabelecer estratégias pedagógicas adequadas à realidade e as dificuldades de cada turma.

O Documento Curricular Referencial Municipal – DCRM para a Educação Infantil e Ensino Fundamental de 2022 tem como objetivo assegurar os princípios educacionais e os direitos de aprendizagem de todos os estudantes, assim fica evidente que os alunos possam ter garantidos todas as suas etapas de ensino, cabendo a cada instituição escolar encontrar meios para promover a garantia dos direitos de aprendizagem. Sem perder de vistas os saberes os conhecimentos como elementos que, associados aos campos de experiências, marcam a intencionalidade das práticas docente, buscando ofertar uma formação integral aos sujeitos do processo educativo possibilitando compreensão das diferentes dimensões da vida em sociedade.

6. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

6.1 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Foi durante a década de 1990 que importantes diretrizes para um acordo global com a concretização e a ampliação de políticas educacionais inclusivas foram ressaltadas por meio da assinatura de alguns documentos, tratados e protocolos internacionais. As Políticas da Educação Inclusiva ressaltam a importância da valorização das diferenças e de se oportunizar o acesso e permanência de todos os alunos no espaço escolar e, na garantia da permanência que todos tenham a oportunidade de consolidar saberes, os quais podem advir de experiências vividas.

Na Rede Municipal Anguerense de ensino, trabalha-se em consonância com os documentos balizadores, temos como documento norteador principal a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei n.º 9394, de 1996) a qual garante a proposição de currículos, métodos, recursos educativos e organizações específicas para atender às necessidades do aluno, garantindo-lhe o acesso e a permanência numa escola com qualidade.

Levando em consideração o aumento significativo das crianças com necessidades especiais, as escolas do Núcleo Regionalizado F atendem e acolhem a todos, integrando ao meio, entendendo que cada criança, jovem ou adulto tem suas peculiaridades e as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Dessa maneira, a educação especial é consolidada através de parceria dos profissionais de apoio com professores, coordenação e direção, fortalecendo o trabalho dos professores e viabilizando um atendimento especializado de forma individualizada, ainda que nos falte espaço, como uma sala de atendimento, que poderia aumentar a eficácia do trabalho proposto, visto que os atendimentos ainda acontecem em uma sala de AEE fora da escola no turno oposto.

Salientamos que nossas escolas fazem um trabalho de orientação incansável para que fato aconteça essa inclusão, através de atividades que desenvolva as habilidades motora, sócio afetiva e cognitivas desses educandos.

Contamos com os seguintes profissionais: auxiliares de desenvolvimento educacional, professor de AEE, psicólogo, psicopedagogo, coordenador pedagógico, professor. Que trabalham em conjunto com os professores a fim de propiciar aos alunos um espaço acolhedor.

A avaliação acontece de forma gradativa e respeitosa, focada nas habilidades que o educando já consegue desenvolver e traçando metas para potencializar as habilidades ainda não alcançadas, respeitando o tempo e suas singularidades.

Levando em consideração o aumento significativo das crianças com necessidades especiais, as escolas do Núcleo Regionalizado F, atentem e acolhem a todos, integrando ao meio, entendendo que cada criança tem suas peculiaridades e as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um

enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

A Rede Municipal Anguerense compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a estimulação e a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família. O papel da família é importantíssimo nesse processo, pois eles são fio condutor para que esses alunos tenham êxito nas suas jornadas de vida.

As propostas inclusivas devem ter na essência de suas intenções, no Projeto Político Pedagógico, no planejamento didático e no próprio projeto de cidadania a que se pretende formar, pensar as mudanças transformadoras e dar novos rumos aos projetos de vida desses discentes.

A Educação Inclusiva é fundamentada no princípio da equidade e no respeito à diversidade, assegurando que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais, tenham acesso à aprendizagem em um ambiente acolhedor e adaptado às suas necessidades.

Esse conceito está respaldado pela Constituição Federal do Brasil de 1988, que, no artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996 reforça, em seu artigo 4º, a necessidade de atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, garantindo-lhes condições adequadas para o aprendizado.

Outro documento essencial para a Educação Inclusiva é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, que assegura o direito à educação sem discriminação e com igualdade de oportunidades.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também destaca a necessidade de práticas pedagógicas que respeitem a individualidade dos alunos, promovendo uma formação integral. Para Vygotsky (1993), a aprendizagem ocorre na interação social, sendo fundamental que os estudantes estejam inseridos em ambientes que favoreçam sua participação ativa e o desenvolvimento das suas potencialidades.

Entre os princípios orientadores da Educação Inclusiva, destaca-se a acessibilidade, que deve ser garantida tanto nos espaços físicos quanto nos materiais didáticos e metodologias utilizadas.

De acordo com Sasaki (1997), a inclusão exige adaptações estruturais, curriculares e atitudinais, promovendo o protagonismo dos estudantes. Outro princípio essencial é a flexibilidade curricular, permitindo que as estratégias de ensino sejam ajustadas às necessidades individuais, conforme previsto na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Por fim, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende do envolvimento da família, da comunidade e das políticas públicas. A inclusão não deve ser vista como um favor, mas sim como um direito assegurado por lei e respaldado por diversas pesquisas na área da educação. Como defende Paulo Freire (1996), a educação deve ser um ato de liberdade, proporcionando aos alunos autonomia e participação ativa na sociedade. Dessa forma, garantir a Educação Inclusiva significa construir um mundo mais justo e igualitário, onde todos tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

6.2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

As escolas do Núcleo Regionalizado F que fomenta dentro das suas possibilidades a denominada Educação do/no Campo, tendo em vista que as nossas instituições estão situadas todas na zona rural, o público que a integra e a constitui faz parte dessas mesmas localidades.

Assim, levando em consideração o contexto sócio-histórico e educacional do entorno da nossa escola, acentuamos que a Educação do/no Campo é mais que uma modalidade de ensino, pois vivenciamos diversas lutas, que resultaram em conquistas importantes para as nossas comunidades escolares com vista nas transformações sociais e criação de políticas públicas específicas para a Educação

do/no Campo, que atendam as reais demandas dos nossos educandos, buscando sempre transcender a visão reducionista do campo como local da produção agrícola e agropecuária, portanto, o que desejamos é que tais políticas públicas cheguem às escolas do Núcleo Regionalizado F, para que nosso alunado possa desfrutar de tudo quanto elas possam oferecer.

Logo, o campo precisar ser visto e valorizado a partir das suas dimensões culturais, sociais, históricas, econômicas, incluindo ainda outras culturas como a agricultura familiar, indígena e quilombola (no município não há registro dessas etnias), favorecendo, assim, o reconhecimento identitário dos nossos estudantes e de seus ancestrais.

As escolas do Núcleo Regionalizado F, embora estejam inseridas em um contexto rural, não oferece aos educandos uma educação rigorosamente do campo, pois, a grade curricular não está de acordo com as exigências do que pede a educação do/no campo.

Contudo, com embasamento na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 diz em seu § 2º que: “o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino” o que vem a garantir ao aluno o direito de realizar as atividades em um momento posterior.

Assim, buscamos ofertar um ensino pautado, não só nos objetos do conhecimento que emanam dos documentos curriculares referenciais (BNCC, DCRB, DCRM), que norteiam nosso fazer pedagógico. Buscamos inserir também, junto aos demais conhecimentos advindos dos saberes de vida dos nossos educandos, saberes esses que emanam das relações familiares e sociais com o intuito de formar seres humanos capazes de valorizar a si mesmo e ao espaço que ocupam.

A educação se constitui como elemento fundamental no processo de formação do ser humano enquanto sujeito social, pois propaga os diversos tipos de conhecimento, com vista na resolução de conflitos, aberta ao desconhecido, ao diferente e a valorização dos sujeitos e dos saberes constituídos e ressignificados ao longo do tempo.

A Educação do/no Campo constitui-se de elementos singulares e plurais que estão para além das dimensões citadas acima, pois, as instituições e os sujeitos que lhes dão forma, carecem não apenas de uma reparação histórica, mas também do

reconhecimento enquanto agenciadores do conhecimento cultural, local, histórico e social.

Por isso, pautamos nosso trabalho educativo nos preceitos da lei, mais especificamente na Resolução Nº 103, de 28 de setembro de 2015, promulgada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) que estabelece em seu Art. 4º. os princípios da Educação do Campo:

- I - Compreensão do trabalho como princípio educativo e da cultura como matriz do conhecimento;
- II - Respeito à diversidade da população do campo em todos seus aspectos;
- III - garantia da definição de projetos educativos com pedagogias condizentes às condições e aos anseios das populações do campo;
- IV - Reconhecimento das unidades escolares como espaços públicos de ensino e aprendizagem, produção de conhecimento e articulação de experiências de vida dos educandos;
- V - Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento às especificidades, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- VI - Valorização da identidade da escola por meio de projetos político-pedagógicos com organização curricular e metodológicas adequadas às necessidades dos educandos e comunidades do campo;
- VII - Flexibilização na organização escolar, visando à adequação do tempo pedagógico, à definição do calendário, os processos de organização de turmas, sem prejuízos das normas de proteção da infância contra o trabalho infantil; e
- VIII - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais relacionados às questões do campo, na gestão da escola. (BAHIA, 2015, p. 2).

Buscamos inserir em nosso ambiente escolar, diversas metodologias com foco desenvolvimento pleno do aluno, colocando em ênfase suas peculiaridades já conhecidas, bem como utilizando de novas metodologias pautadas em seus conhecimentos prévios valorizando suas vivências diárias e o lugar onde vivem. Dessa maneira procuramos fazer uma educação do campo que valoriza o aluno sujeito do campo todos os dias, relacionando nossas atividades com o modo de vida no campo.

Trabalhamos com projetos para que os alunos, vivenciem de forma criativa, diversos aspectos do meio que estão inseridos, favorecendo a interdisciplinaridade, a contextualização, utilizando conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para atender e compreender a realidade.

As escolas do Núcleo regionalizado F, oferta o modelo multisseriado, porém prezamos por uma organização pedagógica pautada na realidade de cada aluno, flexibilizando a organização escolar, ajustando o calendário e atividades buscando contribuir com evolução plena de cada aluno.

Como em qualquer outra modalidade de ensino buscamos inserir no nosso ambiente escolar variadas metodologias com foco no desenvolvimento pleno do aluno, levando em conta as necessidades dos estudantes, proporcionando a permanência no espaço escolar rural.

Além dos projetos de leitura serem pautados nas vivências e realidade do campo, buscamos trabalhar com os diversos tipos de atividades e métodos, dentre eles estão: resolução de problemas, dramatizações, construção de hortas, trabalhos pautados na preservação do meio ambiente associada a metodologias para preservação e conhecimento da terra, observação, pesquisa, realização de trabalhos em grupos, leituras individuais e coletiva, rodas de conversas (com a participação das famílias), jogos pedagógicos, testes, provas, portfólios de evolução entre outras.

Durante o processo de aprendizagem são promovidas discussões, reuniões sobre nossas metodologias, de maneira a comunidade escolar se tornar personagem principal no processo de aprendizagem, trazendo suas vivências e cotidianos para sala.

Com os avanços nas concepções de ensino e com o advento das políticas públicas educacionais, a Educação do Campo vem agregando conceitos, metodologias e especificidades que contribuam de fato na promoção de um ensino pautado nas subjetividades dos sujeitos do campo e na valorização deles.

Durante o processo de elaboração deste item, nós do Núcleo Regionalizado F realizamos, reuniões, leituras compartilhadas, discussões, dentre outras ações com o objetivo de promover a participação dos diversos segmentos das nossas instituições, colocando em evidência as especificidades dos nossos educandos, os saberes locais, a cultura, sem deixar à margem os objetos de conhecimento de cada componente curricular, bem como suas possibilidades interdisciplinares com foco na formação integral dos nossos alunos.

Como em qualquer outra modalidade de ensino buscamos inserir no nosso ambiente escolar variadas metodologias com foco no desenvolvimento pleno do aluno, colocando em ênfase suas peculiaridades já conhecidas, tendo em vista chegarmos ao que ainda não conhecemos, levando em conta as necessidades dos estudantes, proporcionando a permanência no espaço escolar rural.

Para atender a essas e outras necessidades, propomos por meio do projeto de leitura “Escola e Família de mãos dadas no mundo da leitura” com o intuito, de

aproximarmos a comunidade escolar, como participantes do processo de formação dos discentes.

Dessa forma, percebemos que o ensino pode ser desenvolvido por meios variados de construção e reconstrução do espaço físico. Os alunos tendo oportunidades e possibilidade de problematizar a realidade, estabelecendo conexões com os objetos de conhecimento, buscando trilhar por caminhos que tencionam pelo respeito e pela valorização das particularidades advindas desta modalidade de ensino, desenvolvendo ainda metodologias próprias das nossas instituições a partir do convívio com a comunidade como um todo.

6.3 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada a pessoas que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos na idade regular. Essa política educacional busca garantir o direito à educação para todos, promovendo inclusão social e possibilitando que jovens e adultos adquiram conhecimentos essenciais para sua formação cidadã e profissional.

De acordo com o pronunciamento do Parecer CNE/CEB nº 11/2000 de 10 de maio de 2000, a EJA é entendida e apresentada, como uma modalidade de ensino que visa o resgate de uma dívida social, causada pela desigualdade social brasileira que historicamente excluiu do processo formativo diversas minorias sociais.

De acordo com Paulo Freire (1987), a educação deve ser um instrumento de libertação, permitindo que os indivíduos compreendam sua realidade e atuem de forma crítica na sociedade. Dessa forma, a EJA assume um papel fundamental na construção da autonomia dos sujeitos historicamente marginalizados do sistema educacional.

No Brasil, a EJA está assegurada pela Constituição Federal de 1988, no artigo 208, que estabelece a oferta gratuita da educação básica para todos os que não tiveram acesso na idade própria. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, em seu artigo 4º, garante a EJA como um direito, orientando sua organização de forma flexível para atender às especificidades desse público. Outros documentos importantes, como o Plano Nacional de Educação (PNE), reforçam a necessidade de políticas voltadas para a ampliação da oferta e melhoria da qualidade da EJA.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Anguera é uma modalidade de ensino prioritária na política educacional municipal, articulada com o compromisso de assegurar o direito à educação para aqueles que não concluíram o ensino fundamental na idade regular. A rede municipal conta com oferta da EJA organizada em conformidade com as diretrizes curriculares, ampliando oportunidades de aprendizagem e promovendo a inclusão social e escolar da população adulta e jovem.

No ano de 2024, o Conselho Municipal de Educação (CME) aprovou e regulamentou o Organizador Curricular da Educação de Jovens e Adultos (OCEJA) por meio da Resolução CME nº 06/2024, que foi homologada pela Portaria SEC nº 31/2024 da Secretaria Municipal de Educação. Esse documento curricular específico orienta o trabalho docente na EJA, estabelecendo as aprendizagens essenciais e os percursos formativos a serem garantidos pelos estudantes ao longo da etapa. Sua elaboração envolveu equipe técnica da Secretaria, estudos por área do conhecimento, consulta a professores e coordenadores pedagógicos e análise da realidade sociocultural da clientela da EJA na rede municipal.

Adicionalmente, o CME deliberou sobre a oferta da EJA Combinada por meio da Resolução CME nº 01/2025, também homologada pela Secretaria de Educação, que define a estrutura organizacional dessa proposta pedagógica nas unidades escolares municipais. Essas deliberações reforçam a necessidade de um modelo de EJA que contemple formas flexíveis de oferta, avaliadas de maneira contínua e formativa, respeitando o tempo de aprendizagem dos estudantes e priorizando a promoção de competências e habilidades essenciais à cidadania.

O OCEJA deve ser utilizado pelas equipes pedagógicas como base para o planejamento, a organização curricular e as práticas de ensino na EJA, respeitando os princípios da educação inclusiva, contextualizada e integrada ao Projeto Político-Pedagógico da escola. O trabalho com essa modalidade envolve a utilização de metodologias que valorizem experiências significativas, articulem saberes dos estudantes com sua realidade e contemplem uma avaliação que favoreça o desenvolvimento contínuo ao longo do processo educativo.

A organização da EJA no município está alinhada às metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (PME), buscando combater o analfabetismo, ampliar o acesso e garantir a permanência e a conclusão da educação básica por jovens e

adultos. A oferta da EJA é articulada com ações de formação docente, acompanhamento pedagógico e mobilização da comunidade escolar visando fortalecer a aprendizagem, a inclusão social e a efetivação do direito à educação em todas as suas etapas.

A EJA em Anguera se divide em dois segmentos: o 1º segmento corresponde ao Ensino Fundamental (Anos Iniciais), estágios I ao V (indicando do 1º ao 5º ano) e no 2º segmento Ensino Fundamental (Anos Finais), estágios VI e VII, sendo o estágio VI as séries 6º e 7º ano, e o estágio VII as séries 8º e 9º ano. Além destes segmentos, a EJA conta com o Ciclo Juvenil, etapa essa que corresponde às séries 6º e 7º ano e 8º e 9º ano, atendendo alunos de 15 a 20 anos que não conseguiram concluir o Ensino Fundamental Anos Finais na idade regular. Esse Ciclo possibilita então, a inclusão de jovens no ambiente escolar evitando a exclusão social. (ANGUERA, 2024).

No Município de Anguera a EJA se divide em três Tempos Formativos: EJA Regular, EJA Combinada, e o Ciclo Juvenil, cada um trazendo uma perspectiva única para o processo educacional e importante dos alunos do município. A EJA Regular ocorre neste sentido no modelo 100% presencial, se adequando às realidades de aprendizagem dos alunos, a EJA Combinada oferece essa concepção sendo 30% da carga horária direta e 70% indireta e o Ciclo Juvenil oferece um ensino específico destinado a jovens que abandonaram precocemente a escola ou enfrentaram dificuldades significativas durante sua escolarização inicial (ANGUERA, 2024).

Para que a Educação de Jovens e Adultas seja efetiva e cumpra seu papel transformador, ela deve seguir princípios orientadores que norteiam sua organização e prática pedagógica. Esses princípios são fundamentais para promover uma educação inclusiva, significativa e alinhada às necessidades desse público.

Um dos princípios fundamentais da EJA é a flexibilidade curricular, considerando que os estudantes dessa modalidade possuem trajetórias diversas e desafios específicos, como o trabalho e as responsabilidades familiares. Dessa forma, os conteúdos e metodologias devem ser adaptados para facilitar o aprendizado.

Outro princípio essencial é a valorização dos saberes prévios dos estudantes. Como destacado por Paulo Freire (1987), a educação deve partir da realidade dos

educandos, reconhecendo seus conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Esse princípio permite que a aprendizagem ocorra de forma contextualizada, dialogando com a cultura, o trabalho e o cotidiano dos alunos, tornando o ensino mais significativo e motivador.

A educação inclusiva e democrática também é um princípio orientador da EJA. Essa modalidade deve garantir o acesso e a permanência dos estudantes na escola, combatendo a evasão escolar por meio de estratégias que tornem o ambiente educativo mais acolhedor e acessível.

Por fim, a EJA deve ser pautada na formação cidadã e na promoção da autonomia dos estudantes. Mais do que garantir a certificação escolar, essa modalidade deve estimular a reflexão crítica e o protagonismo dos educandos, possibilitando que eles compreendam sua realidade e atuem na transformação social.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) possui diretrizes e indicadores metodológicos que orientam sua organização e prática pedagógica, garantindo que essa modalidade de ensino atenda às necessidades específicas de seus estudantes. A EJA deve estar fundamentada em princípios como a flexibilidade curricular, a valorização dos saberes prévios e a contextualização do ensino, de modo a proporcionar uma aprendizagem significativa e emancipadora para aqueles que não tiveram acesso à educação na idade regular.

As diretrizes metodológicas da EJA estão fundamentadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, que assegura a oferta dessa modalidade de ensino de forma adequada à realidade dos educandos. Além disso, documentos como o Plano Nacional de Educação (PNE) e as Diretrizes Operacionais para a EJA estabelecem parâmetros para a organização curricular, metodologias de ensino e avaliação do aprendizado, reforçando a necessidade de um ensino dinâmico e voltado para a construção do conhecimento.

Entre os principais indicadores metodológicos da EJA, destaca-se a pedagogia dialógica, baseada nos estudos de Paulo Freire, que defende um ensino que valorize a interação entre educador e educando. Essa abordagem permite que os alunos compartilhem suas experiências e conhecimentos, promovendo uma aprendizagem ativa e contextualizada. Além disso, o uso de metodologias interdisciplinares e problematizadoras são essenciais para relacionar os conteúdos

escolares com a realidade social e profissional dos estudantes.

Outro indicador metodológico importante é a utilização de materiais didáticos adaptados e estratégias pedagógicas inovadoras, como o uso de tecnologias digitais e práticas educativas que considerem o cotidiano dos alunos. A implementação de metodologias flexíveis, que respeitem o ritmo de aprendizagem de cada estudante e possibilitem a conciliação entre trabalho, estudo e vida pessoal, é fundamental para reduzir a evasão escolar e garantir o sucesso educacional.

Portanto, as diretrizes e indicadores metodológicos da EJA devem ser constantemente avaliados e aprimorados, garantindo que essa modalidade cumpra seu papel de inclusão e transformação social. A adoção de práticas pedagógicas inovadoras, alinhadas às necessidades dos estudantes, fortalece o direito à educação e amplia as oportunidades para jovens e adultos que buscam melhorar sua formação e qualidade de vida.

A avaliação na Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser orientada por diretrizes que respeitem as especificidades dessa modalidade de ensino, promovendo um processo inclusivo e formativo. Diferente do modelo tradicional, a avaliação na EJA deve considerar as trajetórias de vida dos estudantes, seus conhecimentos prévios e o desenvolvimento de competências ao longo do curso. Dessa forma, o foco da avaliação não deve ser apenas a mensuração do desempenho acadêmico, mas também a valorização dos saberes adquiridos fora do ambiente escolar.

Outro aspecto essencial é a necessidade de considerar o contexto sociocultural dos estudantes no processo avaliativo. O uso de metodologias flexíveis, que respeitem o ritmo de aprendizagem de cada aluno e estimulem a construção do conhecimento a partir de suas experiências, contribui para uma avaliação mais justa e eficaz. Além disso, é fundamental garantir que o processo avaliativo não seja excludente, evitando práticas que levem à desmotivação ou ao abandono escolar.

Portanto, as diretrizes de avaliação na EJA devem garantir um processo formativo, inclusivo e alinhado às necessidades dos estudantes. A adoção de práticas avaliativas inovadoras, que valorizem o aprendizado contínuo e a participação ativa dos alunos, fortalece o direito à educação e amplia as

oportunidades de formação para jovens e adultos que buscam melhorar sua escolarização e qualidade de vida.

No Núcleo Regionalizado F a Educação de Jovens e Adultos – EJA acontece de forma presencial e semi-presencial, as atividades são feitas e realizadas através OCEJA - Organizador Curricular da Educação de Jovens e Adultos, corroborando sempre a teoria com a prática, o objetivo é fazer com que os alunos tenham um aprendizado melhor.

6.4 A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A tecnologia hoje é sem dúvidas uma ferramenta de grande importância para o processo de ensino e aprendizagem, mesmo sabendo as reais necessidades das escolas não podemos deixar de incluir a tecnologia do dia a dia da escola. A inovação tecnológica vem contribuindo de forma enriquecedora para a criação de processos capazes de gerar e administrar o conhecimento e o mercado vem mostrado como é possível aprender através da interação com o ambiente e no sentido de suprir as necessidades e demandas sociais.

Nesse território, onde tradição e modernidade convivem de forma intensa, a introdução do componente curricular **Computação** nos anos iniciais representa não apenas uma ampliação curricular, mas um passo decisivo para garantir que estudantes do campo acessem aprendizagens contemporâneas sem perder de vista sua identidade territorial.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme homologação de 2017 e atualizada em 2023 institui a Computação como campo estruturante, comprometido com o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida no século XXI.

O DCRM de Anguera compreende a Política de Inovação Tecnológica como eixo essencial para a educação contemporânea, alinhando às diretrizes da BNCC e do DCRB. Nesse sentido, a inovação tecnológica é entendida como um instrumento capaz de ampliar as possibilidades pedagógicas, favorecendo metodologias ativas, interativas e contextualizadas, que dialogam com a realidade digital vivenciada pelos estudantes. O documento reconhece que o uso consciente e pedagógico das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDICs contribui para tornar o

ensino mais significativo, dinâmico e conectado às demandas sociais, culturais e científicas do século XXI.

Além disso, o DCRM destaca que a inovação tecnológica deve ser tratada como direito educacional, promovendo a inclusão digital, equidade de acesso ao conhecimento e desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para a formação integral dos estudantes. A tecnologia não é vista apenas como recurso instrumental, mas como elemento estruturante do currículo, articulado às diferentes áreas do conhecimento e aos campos de experiências. Dessa forma, o documento orienta que as práticas pedagógicas integrem a cultura digital de maneira crítica, ética e responsável, contribuindo para autonomia dos alunos, o fortalecimento da cidadania e a preparação para o mundo do trabalho.

Nesse contexto, o Núcleo Regionalizado F incorpora o componente Computação ao seu Projeto Político Pedagógico como uma resposta à realidade atual, marcada por novas linguagens, modos de conhecer e formas de participar do mundo. A presença crescente da tecnologia na agricultura familiar, no comércio local, nos serviços públicos e nas interações sociais torna indispensável que os estudantes compreendam criticamente esse universo, dominando não só ferramentas digitais, mas formas de pensar, resolver problemas e criar soluções de maneira lógica e inventiva.

A Computação, tal como definida pela BNCC, se estrutura em quatro eixos fundamentais: **Pensamento Computacional, Cultura Digital, Mundo Digital e Inteligência Artificial**. No Núcleo Regionalizado F, cada um desses eixos deve ser trabalhado com intencionalidade pedagógica e sensibilidade para o contexto rural.

1. Pensamento Computacional - Desenvolve a capacidade de formular problemas e construir soluções por meio de raciocínio lógico, decomposição, reconhecimento de padrões e elaboração de algoritmos. Para as crianças do campo, isso significa, por exemplo, investigar fenômenos naturais, organizar dados de colheitas, compreenderem ciclos produtivos ou analisar situações do cotidiano comunitário sob perspectiva investigativa.

2. Cultura Digital - Promove uma compreensão ética, crítica e responsável sobre o uso das tecnologias. Para estudantes rurais, implica refletir sobre comunicação em redes sociais, segurança digital, uso responsável de dispositivos e preservação de identidades locais em ambientes virtualizados, garantindo que a

tecnologia sirva ao desenvolvimento humano e não à sua fragmentação.

3. Mundo Digital - Explora a infraestrutura que sustenta as tecnologias contemporâneas, desde redes de comunicação até sistemas computacionais. Isso permite que os alunos compreendam não apenas como usar tecnologias, mas como elas funcionam como um conhecimento essencial para interpretar processos atuais da agricultura, do comércio rural e da gestão pública digital.

4. Inteligência Artificial - Aborda dados, automação e processos decisórios mediados por algoritmos. Em uma perspectiva humanizadora, estimula debates sobre impactos sociais, avanços, riscos e possibilidades, permitindo que estudantes do campo participem criticamente das transformações tecnológicas que já influenciam o trabalho agrícola, o clima, a economia e a vida comunitária.

No Núcleo Regionalizado F, adotar Computação não significa substituir saberes tradicionais, mas articulá-los às novas linguagens do presente. Os estudantes passam a compreender que há ciência e lógica no preparo da terra, no manejo de sementes, na leitura do clima, na organização da produção e na circulação de mercadorias. A Computação amplia essas experiências ao permitir que crianças e jovens investiguem, simulem, comparem dados, criem modelos e compreendam processos invisíveis a olho nu.

O Núcleo Regionalizado F reconhece que a inserção de Computação exige formação continuada, voltada para: compreensão dos princípios do pensamento computacional, uso pedagógico de recursos digitais, análise crítica dos impactos sociais e culturais da tecnologia, domínio da matriz curricular municipal e desenvolvimento de práticas acessíveis e contextualizadas ao campo.

Ao incorporar Computação em seu PPP, o Núcleo Regionalizado F afirma seu compromisso com uma escola que acolhe o tempo presente sem abandonar suas raízes. Os estudantes do campo como crianças, jovens e adultos merecem estar inseridos nos debates e oportunidades que moldam o futuro, e a Computação torna-se instrumento poderoso para que possam compreender, atuar e transformar o mundo com criticidade, ética e criatividade.

Trata-se, portanto, de preparar sujeitos que aprendam a ler a terra e a tecnologia, articulando saberes ancestrais e competências digitais, honrando o passado enquanto constroem caminhos para o futuro.

A Portaria SEC nº 02/2026 estabelece normas para o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Anguera, com o objetivo de organizar, orientar e limitar sua utilização no ambiente escolar, preservando o processo de ensino-aprendizagem e a saúde física, mental e emocional dos estudantes.

De modo geral, o uso desses dispositivos pelos alunos não é permitido de forma irrestrita, sendo autorizado apenas em situações específicas, como em atividades pedagógicas previamente planejadas e autorizadas pela equipe escolar, em casos de emergência, para acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, ou para necessidades de saúde devidamente comprovadas.

A portaria também orienta as unidades escolares a promoverem ações formativas com os profissionais da educação, visando a conscientização sobre os impactos do uso excessivo de telas e a identificação de possíveis prejuízos ao bem-estar dos estudantes. Além disso, determina que cada escola organize normas internas quanto ao uso de aparelhos eletrônicos pelos profissionais, assegurando que esses não interfiram no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Dessa forma, a Portaria SEC nº 02/2026 reafirma o compromisso da rede municipal com o uso responsável e pedagógico da tecnologia, em consonância com a legislação educacional vigente.

6.5 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Algumas concepções de assistência estudantil são apresentadas no município de Anguera e mais precisamente no Núcleo Regionalizado F:

Acesso: as rotas do transporte escolar do município são realizadas para deslocamento dos alunos que compõem as escolas do Núcleo Regionalizado F, são todas conhecidas da gestão escolar, o que facilita o acompanhamento de como a mesma está sendo realizada. Existe uma parceria muito grande entre a escola e as famílias dos estudantes que utilizam o transporte, de modo que, quando há alguma irregularidade no mesmo as famílias sempre notificam a gestão do que ocorre acerca do mesmo o que favorece a tomadas de decisões mais rápidas em favor daqueles que necessitam diretamente do transporte escolar.

O fato dos nossos estudantes serem da zona rural favorece o conhecimento das suas realidades comunitárias, ou seja, facilita no trabalho com a contextualização e instigação dos conhecimentos prévios dos alunos. Isso nos permite desenvolver ações que vá de encontro a pontos negativos existente em cada comunidade como o combate à violência, ao uso de álcool por adolescente dentre outras realidades.

Entendemos que não precisamos trabalhar tais realidades de forma direcionada, mas em âmbito de conteúdo ou projeto, de modo que a temática seja discutida, mas sempre apontar situações, trabalhando de modo leve, com textos, imagens, vídeos, etc. que possa favorecer a compreensão dos alunos e alertá-lo da realidade.

Os alunos que possuem necessidades educacionais especiais e que necessitam de atendimento e acompanhamento são encaminhados para sala de recursos localizada na sede, por serem alunos da zona rural contam com transporte disponível para conduzi-los até o local.

Permanência: no ano de 2025 trabalhamos com ações e plantões a fim de chamar os alunos a estarem nas escolas. Como o dia D de frequência escolar, a busca ativa e também nos períodos de matrícula a ida até as residências fazendo propagação e chamadas desses alunos.

Toda ação realizada é sempre em prol do aluno para que ele possa ter o desenvolvimento adequado das aprendizagens, a qual é prejudicada quando ele vem a faltar nas aulas, os professores notando essa falta, quando frequente, notificam a gestão para que a mesma possa realizar a “busca ativa” que é a ida até a residência do aluno para conversar com os familiares e entender o motivo da ausência na aula, tudo isso é registrado em uma ficha que fica na unidade escolar.

5.6 A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

A valorização dos profissionais da educação é um princípio fundamental para a construção de uma escola democrática e de qualidade. A formação continuada e o desenvolvimento profissional dos servidores, incluindo agentes de portaria, serventes, merendeiras e demais funcionários, são essenciais para garantir um

ambiente escolar acolhedor, seguro e propício à aprendizagem.

O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anguera está instituído pela Lei Complementar Municipal nº 144, de 5 de dezembro de 2012, que estabelece que é dever dos servidores participar de programas de capacitação e atualização profissional, visando à melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade escolar.

Além disso, o Regimento Escolar Unificado da Rede Municipal de Ensino de Anguera destaca a importância da formação continuada como instrumento para o aprimoramento das práticas profissionais e para o fortalecimento da identidade institucional das escolas.

A formação continuada deve ser entendida como um processo permanente, articulado às necessidades reais do cotidiano escolar e às políticas públicas de educação. Segundo Nóvoa (1992), "a formação não se reduz a cursos ou eventos isolados, mas deve ser integrada à prática profissional, promovendo a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento".

Nesse sentido, a formação dos servidores deve contemplar aspectos técnicos, éticos e relacionais, contribuindo para o desenvolvimento de competências que impactem positivamente o ambiente escolar e o processo educativo.

Para efetivar a formação continuada e o desenvolvimento profissional dos servidores, propõem-se as seguintes estratégias:

- **Cursos e Oficinas Temáticas:** oferecimento de capacitações específicas, abordando temas como segurança escolar, higiene e saúde, atendimento ao público, entre outros.

- **Grupos de Estudo e Trabalho:** formação de grupos interdisciplinares para discussão de práticas e troca de experiências, promovendo a aprendizagem colaborativa.

- **Acompanhamento e Avaliação:** implementação de mecanismos de acompanhamento das ações formativas e avaliação de seus impactos no cotidiano escolar.

- **Parcerias Institucionais:** estabelecimento de convênios com instituições de ensino e organizações sociais para oferta de cursos e programas de capacitação.

A formação continuada e o desenvolvimento profissional dos servidores são pilares para a construção de uma escola inclusiva e de qualidade. Ao investir na

capacitação dos profissionais que compõem o ambiente escolar, as escolas do Núcleo Regionalizado F reafirmam seu compromisso com a educação integral e com a valorização de todos os membros da comunidade escolar.

6.7 A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E ESCOLA/COMUNIDADE

A comunicação entre escola, família e comunidade é um dos pilares essenciais para a construção de processos educativos sólidos, democráticos e socialmente relevantes.

A BNCC (2017) reconhece que a formação integral dos estudantes exige a articulação entre os diferentes espaços educativos que compõem sua vida, indicando que a escola deve estabelecer vínculos de diálogo, corresponsabilidade e participação com as famílias e com a comunidade do território.

Nas palavras do documento, a aprendizagem se fortalece quando os estudantes percebem que existe uma rede de apoio que partilha expectativas e contribui para seu desenvolvimento. Nessa mesma direção, o DCRM (2022) reforça que a escola do município de Anguera-Ba deve assumir uma postura acolhedora, transparente e dialógica com as famílias, reconhecendo que cada núcleo familiar possui práticas, saberes e culturas que precisam ser valorizadas e incorporadas à dinâmica escolar.

Já o DCRB (2023) estabelece que a escola deve ampliar suas formas de interação comunitária, transformando o território em fonte de conhecimento, parceria e construção coletiva.

Autores como Freire (1996) lembram que não existe educação sem diálogo, e que a comunicação deve ser entendida como um processo ético, horizontal e colaborativo. Para ele, a escola precisa enxergar as famílias como parceiras, rompendo com práticas autoritárias e adotando estratégias que promovam escuta ativa, respeito às diferenças e construção conjunta de soluções.

De modo complementar, Paro (2012) argumenta que a escola só cumpre sua função social quando estabelece relações transparentes e democráticas com a comunidade, garantindo que todos os sujeitos tenham voz no processo educativo. Dessa forma, uma política de comunicação eficaz não se limita a transmissões de

informações, mas envolve a criação de espaços permanentes de diálogo, participação e corresponsabilidade, possibilitando que família, escola e comunidade construam objetivos comuns para a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

No Núcleo Regionalizado F, a comunicação assume papel estratégico para fortalecer o vínculo entre as unidades escolares e as famílias, especialmente considerando as características socioculturais do semiárido baiano.

O DCRM (2022) orienta que a comunicação deve ser contínua, acessível e sensível às especificidades do território, reconhecendo ritmos familiares, formas de vida e características comunitárias. Isso inclui o uso de linguagens simples, canais variados (reuniões presenciais, grupos de mensagens, bilhetes, visitas domiciliares, rodas de conversa), além da construção de agendas coletivas que promovam a participação ativa dos responsáveis.

As escolas devem, portanto, adotar práticas de acolhimento, escuta ativa e resolução compartilhada de problemas, compreendendo que muitos desafios de aprendizagem são atravessados por contextos sociais, econômicos e emocionais que precisam ser compreendidos com sensibilidade.

A comunicação com a comunidade também é vista como um eixo essencial para o fortalecimento da identidade escolar e para a construção de uma educação contextualizada. O DCRB (2023) destaca que o território é espaço de saberes, memórias, práticas culturais e experiências sociais que devem ser incorporados à escola, ampliando o sentido da educação. Assim, a política de comunicação busca aproximar a escola de associações comunitárias, lideranças locais, instituições religiosas, projetos sociais e demais agentes que fazem parte do cotidiano dos estudantes. Essa aproximação favorece projetos interdisciplinares, eventos culturais, ações de saúde, práticas esportivas e projetos ambientais que fortalecem a aprendizagem e ampliam o papel da escola como espaço de convivência e transformação social.

Além disso, o diálogo permanente entre escola/família e escola/comunidade contribui diretamente para a redução da evasão, a melhoria do clima escolar e o fortalecimento da confiança mútua. Autores como Bronfenbrenner (1996) defendem que o desenvolvimento humano depende da interação entre os diferentes ambientes em que os sujeitos estão inseridos, e por isso a comunicação entre os sistemas

escolar, familiar e comunitário torna-se determinante para o sucesso educativo. Nessa perspectiva, uma política de comunicação eficaz deve ser planejada, contínua e intencional, garantindo clareza, acessibilidade e respeito às singularidades dos participantes.

Assim, o PPP do Núcleo Regionalizado F assume a comunicação como princípio estruturante da gestão democrática, da participação social e da qualidade da educação. A escola se compromete a romper com práticas burocráticas e verticalizadas, adotando uma postura dialógica, inclusiva e humanizada, que fortaleça laços, crie pertencimento e possibilite que estudantes, famílias e comunidade caminhem juntos em direção a uma educação transformadora e socialmente referenciada. Mais do que um conjunto de ações, esta política se configura como um compromisso ético: o compromisso de educar coletivamente.

Partindo desse pressuposto, a escola sempre que nota a ausência de algum dos seus alunos, procura juntos aos familiares saber o motivo/razão pela qual ele veio a faltar. Quando essa ausência se torna frequente, a escola juntamente com a Secretaria Educação, representada pelo projeto “Eu amo a minha escola”, se dirigem até a residência do aluno fazendo assim a “busca ativa”.

Ao realizar a matrícula dos filhos nas escolas do Núcleo Regionalizado F, cada família deixa conosco as características sociais e econômicas de seu contexto, com intuito de conhecer a realidade de cada aluno e de sua família, todas essas informações são elencadas na ficha de matrícula, a qual possui um questionário com informações sobre renda, escolaridade e profissão dos pais, cidade de origem, cartão do SUS, CPF, RG entre outros. De posse desses dados, passamos a pensar na melhor maneira de desenvolver ações, projetos, bem como estabelecer parcerias.

A relação de comunicação passa a ter mais regularidade, os pais ou responsáveis passam a conversar com seus filhos sobre as atividades escolares, participam dos eventos, reuniões, da vida escolar, valorizando os sonhos dos seus filhos, acreditando que, por meio da aprendizagem, eles se tornarão mais capazes de interagir com o mundo que os rodeia.

Segundo Rosa Maria Torres (2019, p. 22):

A escola não é um ente separado da comunidade; é parte da comunidade, está inserida na comunidade. A função da escola é servir a comunidade, e não o contrário: comunidades não foram criadas para servir a escola. É a

escola que deve participar na comunidade, vincular-se à comunidade, colocar-se a seu serviço. É a escola que deve aproximar-se das necessidades e expectativas dos pais e da comunidade em seu conjunto.

Nesse sentido, cabe a instituição buscar meios que possam estreitar ainda mais a comunicação entre escola e família. A gestão deve buscar meios que possibilite a família vivenciar situações que lhes possibilitem se sentirem participantes ativas nessa caminhada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN Nº 9.394/96, no artigo 2º, diz “que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1996).

A família tem dever de oferecer a seus filhos ou responsáveis o acesso a educação para que eles desenvolvam suas competências e habilidades. Atuando, como uma das mais antigas e importantes instituições sociais, ela tem papel fundamental na formação plena do cidadão, pois, é o primeiro grupo do qual o indivíduo faz parte e de onde são recebidas as orientações e princípios básicos como valores éticos e morais.

7. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais (PNEERQ) constitui um marco fundamental na consolidação de uma educação comprometida com a igualdade racial e com a valorização da diversidade cultural brasileira. Inspirada na Lei nº 10.639/2003 e fortalecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Resolução CNE/CP nº 01/2004), a PNEERQ tem como finalidade promover ações educativas que reconheçam a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros na formação da sociedade nacional. Essa política busca romper com a herança histórica de desigualdade e exclusão que marcou o processo educacional brasileiro, tornando o espaço escolar um ambiente de respeito, representatividade e pertencimento.

No âmbito da escola pública, a implementação da PNEERQ exige uma transformação profunda nas práticas pedagógicas, curriculares e nas relações interpessoais. Conforme destaca Nilma Lino Gomes (2005), trabalhar a educação

das relações étnico-raciais é mais do que inserir conteúdos sobre a cultura africana e afro-brasileira; trata-se de construir uma pedagogia crítica, antirracista e libertadora. Assim, a escola deve se tornar um espaço de valorização das identidades negras, indígenas e demais grupos étnicos, fortalecendo o reconhecimento das diferenças como parte essencial da convivência democrática e da construção de uma sociedade plural.

De acordo com Munanga (2008), a educação é uma ferramenta poderosa para desconstruir os estereótipos raciais e promover o respeito mútuo. Nesse sentido, a PNEERQ propõe a inclusão da temática racial de maneira transversal e interdisciplinar, permeando todas as áreas do conhecimento. Essa abordagem possibilita que os estudantes compreendam o papel histórico, político e cultural dos povos africanos e afrodescendentes, reconhecendo sua relevância na formação do Brasil. Além disso, contribui para o desenvolvimento de atitudes de empatia, solidariedade e justiça social, valores indispensáveis à convivência humana e à prática cidadã.

Por fim, a PNEERQ reafirma o compromisso ético da educação com a equidade e a dignidade humana. Sua efetivação demanda o envolvimento de toda a comunidade escolar, gestores, professores, estudantes e famílias na construção de uma cultura escolar antidiscriminatória e inclusiva. Implementar essa política significa promover uma educação que não apenas ensine conteúdos, mas que também forme sujeitos conscientes, críticos e orgulhosos de suas origens. Dessa forma, a escola cumpre seu papel social de ser um espaço de transformação, resistência e valorização das identidades que compõem a riqueza étnico-racial do povo brasileiro.

O Núcleo Regionalizado F reconhece que a educação deve ser um instrumento de transformação social e de valorização das identidades culturais que compõem o povo brasileiro. Diante disso, este projeto propõe a implementação de ações pedagógicas voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais, em consonância com a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. As ações serão desenvolvidas de forma interdisciplinar, integrando diferentes componentes curriculares. Algumas propostas de atividades:

- Leitura e análise de obras de autores negros;
- Parcerias com a comunidade local, valorizando saberes tradicionais e manifestações culturais afrodescendentes;
- Formação docente com estudos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Resolução CNE/CP nº 1/2004);
- Visitas aos espaços que explorem a cultura africana;
- Criação de instrumentos artísticos como máscaras e telas;
- Sequência didática envolvendo a interdisciplinaridade;
- Matemática: explorar os padrões geométricos de cestos, cerâmicas e estampas africanas;
- Ciências: racismo ambiental, desvalorização do corpo negro na ciência;
- Elaborar uma linha do tempo do povo africano desde o seu local de origem até a colonização;
- Oficinas: com confecções de panelas de barro e artesanato feito de pindoba, com pessoas da comunidade local e circunvizinhas resgatando seus modos de vida e costumes;
- Apresentação de Seminários contemplando a cultura Africana e as relações étnicos raciais iniciando desde os anos iniciais;
- Confecção de Cartazes em murais e painel conscientização da temática sobre a valorização das relações' étnicos raciais.

7.1 POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRACISTA

Nesse sentido, o ensino em nossas escolas é desenvolvido baseado nos princípios de igualdade e respeito, onde todos, independentemente do gênero, religião, condições financeiras, etnia, possam se sentir acolhido no ambiente escolar.

De acordo com a LDB em seu artigo primeiro, a escola compartilha a responsabilidade de educar as novas gerações (crianças, adolescentes) e os jovens e adultos com várias outras instituições da sociedade. Para ela, a família e a escola compartilham a responsabilidade pela educação com várias outras instituições.

Dessa forma o Núcleo Regionalizado F, vem desenvolvendo projetos que tem por objetivo estimular ainda mais essa relação de convívio. As famílias e

comunidade em geral são convidadas a fazerem parte do projeto, através de apresentações, com músicas, receitas, leituras, atividades culturais e outras, assim os filhos percebem que os pais ou responsáveis estão participando ativamente da vida escolar e passam a se sentirem mais seguros, facilitando o processo de ensino e aprendizagem.

Os pais sempre são convidados a adentrarem no ambiente escolar, não apenas nas apresentações, mas nas reuniões de pais e mestres, do conselho escolar, do caixa escolar, ao final de cada etapa realizamos o plantão pedagógico onde eles ficam sabendo sobre o desempenho dos filhos, em qual ponto avançou onde precisa melhorar, a participação dos pais é fundamental também para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico das nossas instituições. Portanto, a escola é constituída pela comunidade, dessa forma, todos se tornam corresponsáveis pelas tomadas de decisões, para conseguirmos alcançar os melhores resultados na educação dos alunos.

A educação antirracista constitui um compromisso ético, político e pedagógico que deve orientar todas as práticas e relações desenvolvidas no ambiente escolar. Em consonância com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, o Núcleo Regionalizado F, do município de Anguera-Ba, reafirma seu papel social na construção de uma educação comprometida com a equidade racial, o respeito à diversidade e a superação de todas as formas de discriminação.

O compromisso com uma educação antirracista ultrapassa a mera inserção de conteúdos sobre a história e a cultura africana no currículo. Trata-se de um processo contínuo de revisão de práticas, discursos e representações que, historicamente, contribuíram para a marginalização da população negra e indígena. Nesse sentido, a escola deve atuar como espaço de diálogo, acolhimento e reconstrução simbólica, promovendo o reconhecimento da pluralidade cultural e étnica que compõe a identidade brasileira (GOMES, 2017).

A efetivação dessa política requer a formação continuada dos profissionais da educação, a revisão dos materiais didáticos e o planejamento de ações pedagógicas integradas, que valorizem as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros para a sociedade. Além disso, implica o fortalecimento de práticas escolares

pautadas na solidariedade, na empatia e no reconhecimento das diferenças como elementos constitutivos da democracia (SILVA, 2020).

A escola deve, portanto, tornar-se um ambiente de resistência ao racismo estrutural e de promoção da justiça social.

A Política da Educação Antirracista do Núcleo Regionalizado F orienta-se pelo princípio de que o combate ao racismo é um dever coletivo e educativo. Por meio de projetos interdisciplinares, datas comemorativas ressignificadas, debates, oficinas culturais e incentivo à leitura de autores negros e indígenas, busca-se sensibilizar a comunidade escolar para a importância do enfrentamento ao preconceito racial. Tais ações reforçam a perspectiva de uma educação emancipadora, conforme defendida por Paulo Freire (1996), que compreende o ato educativo como prática de liberdade e como instrumento de transformação social.

Assim, o Núcleo Regionalizado F, ao adotar uma Política Educacional Antirracista, reafirma seu compromisso com a formação integral dos estudantes, com o respeito aos direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva. Educar contra o racismo é também educar para a paz, para a cidadania e para o reconhecimento do outro como sujeito histórico e cultural.

Dessa forma, o espaço escolar torna-se um território de convivência democrática e de valorização da diversidade, fortalecendo a identidade e o pertencimento de todos os seus integrantes.

8. DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

O projeto Político Pedagógico é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo desenvolvido no Núcleo Regionalizado F, pontuando as exigências legais da rede de ensino, bem como as necessidades, e expectativas da comunidade escolar, além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental das escolas, bem como sua organização social e gestão.

A obtenção deste documento e o conjunto de finalidades constituem a razão do Projeto Político Pedagógico das nossas escolas, que continuamente é construído, pois se trata de um processo e não simplesmente de um produto que se pretende oferecer. A construção desse documento contou com a participação de todos: alunos, pais ou responsáveis, professores, coordenação, direção, colaboradores, e a comunidade local.

Pensando dessa forma nos períodos que sucederam a efetivação da referida construção do PPP, o Núcleo Regionalizado F, realizou atividades de caráter didático-pedagógico, entre elas, reuniões com a gestão e a responsável pela revisão do texto do documento.

O trabalho realizado para o conhecimento da realidade onde atuamos exigiu um aprofundamento na perspectiva de construir uma proposta pedagógica consciente. Fez com que pesquisássemos sobre a realidade, examinando-a, interpretando-a com o intuito de descobrir novos caminhos.

A educação aqui defendida deve proporcionar aos educandos os conhecimentos necessários ao exercício pleno da cidadania, de modo que possam desenvolver habilidades e competências necessárias à sua inserção no mundo do trabalho. Para tanto é fundamental também, desenvolver as dimensões cognitivas, afetivas, culturais, políticas e socioeconômicas.

O PPP será o nosso fio condutor numa trajetória democrática e educacional, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em vigor deste o ano 2018, com o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) e o Organizador Curricular da Educação de Jovens e Adultos (OCEJA), esses serão os pilares norteadores da educação em nossas comunidades escolares do Núcleo Regionalizado F.

A implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP segue as diretrizes estabelecidas pela Portaria SEC nº 07/2025, publicada pela Secretaria Municipal de Educação. Tal portaria instituiu a constituição de uma Comissão Colaborativa especificamente responsável pela atualização e (re) elaboração do PPP do Núcleo Regionalizado F, envolvendo gestores, equipe pedagógica, professores e representantes da comunidade escolar.

Diretrizes Fundamentais

1. Formação da Comissão Colaborativa

A Portaria orienta a composição da Comissão, assegurando a participação coletiva de segmentos-chave da comunidade escolar. Essa comissão é responsável por conduzir o processo de construção ou revisão do PPP, garantindo representatividade e transparência em todas as etapas.

2. Alinhamento com documentos normativos

O PPP deve estar articulado ao Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), ao Regimento Escolar Unificado e à política curricular vigente, assegurando coerência com as diretrizes pedagógicas e legais do município.

3. Ampliação da gestão democrática

O processo de elaboração do PPP deve operar sob princípios de gestão democrática, conforme previsto na legislação educacional e reforçado pela prática da participação ativa de todos os atores escolares, gestores, professores, estudantes, famílias e funcionários em diálogo aberto e construção compartilhada.

4. Cronograma participativo e formação continuada

A Secretaria deve fornecer um cronograma claro, com etapas definidas (diagnóstico, construção, audiência pública, revisão e homologação), com integração à Jornada Pedagógica e espaços de Formação Continuada alinhados às necessidades do PPP (como estudo, diagnóstico e socialização de resultados).

Esse conjunto de diretrizes garante que a elaboração do PPP no Núcleo Regionalizado F seja um processo vivo, democrático e fundamentado em documentos oficiais, reforçando a identidade da escola, a participação da comunidade e a qualidade educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Projeto Político Pedagógico do Núcleo Regionalizado F representa muito mais do que o cumprimento de uma exigência legal ou administrativa: trata-se de um exercício coletivo de reflexão, diálogo e construção de identidade.

Esse percurso foi marcado por grande envolvimento e comprometimento dos profissionais, que compreenderam a importância de pensar a escola para além de sua rotina imediata. O PPP permitiu que todos se vissem como parte essencial da instituição, fortalecendo o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade pelo desenvolvimento do trabalho educativo. Assim, o documento que aqui se consolida é fruto de trocas significativas, de vivências compartilhadas e de uma escuta sensível às vozes que compõem o cotidiano das escolas.

A gestão democrática, princípio orientador deste projeto, revela-se como uma prática indispensável para superar modelos autoritários, centralizadores e individualistas. O PPP reafirma que a escola pública precisa ser espaço de diálogo constante, onde a pluralidade de ideias seja acolhida e onde as decisões sejam tomadas de forma participativa e transparente. Ao proporcionar momentos de estudo, debate e reflexão sobre temas como democracia, autonomia, participação, cidadania e descentralização, a elaboração deste documento contribuiu para fortalecer práticas coletivas que, certamente, continuarão a se desenvolver no dia a dia escolar.

Mais do que um documento formal, o Projeto Político Pedagógico configura-se como um instrumento vivo, dinâmico e em permanente construção. Ele carrega em si os princípios e valores que fundamentam o fazer pedagógico, além de orientar as ações administrativas, organizacionais e sociais que dão sustentação ao trabalho educativo. É um guia que ilumina caminhos, articula objetivos e propõe ações coerentes com a realidade das escolas do Núcleo Regionalizado F, realidade marcada por singularidades culturais, riquezas comunitárias e desafios próprios das escolas que se situam em contextos rurais.

O PPP também fortalece o diálogo entre escola e comunidade, reconhecendo que a educação não acontece de forma isolada. O território, suas histórias, seus modos de vida e suas relações sociais influenciam diretamente a formação dos

estudantes. Por isso, este documento valoriza as parcerias, incentiva a participação das famílias e reafirma a importância da escola como espaço de convivência, acolhimento, aprendizagem e construção coletiva. Ao estabelecer esse vínculo, o PPP contribui para que a comunidade escolar se reconheça como protagonista do processo educativo e corresponsável pela continuidade do trabalho desenvolvido.

Ao mesmo tempo, o PPP do Núcleo Regionalizado F reforça o compromisso das escolas com a qualidade social da educação, compreendendo que ensinar e aprender vão muito além da transmissão de conteúdos. A educação defendida neste documento é aquela que promove autonomia, fomenta o pensamento crítico, valoriza a diversidade e reconhece a importância da formação humana integral. É uma educação que se adapta às mudanças culturais e sociais, sem perder de vista seus princípios éticos e democráticos.

Assim, conclui-se que o Projeto Político Pedagógico do Núcleo Regionalizado F se constitui como um marco para as escolas que o integram. Ele sintetiza as reflexões realizadas ao longo do processo, organiza metas e diretrizes, orienta a prática pedagógica e fortalece a identidade coletiva. Mas, acima de tudo, ele reafirma a convicção de que a escola é um espaço de transformação dos sujeitos, das realidades, das expectativas e dos caminhos possíveis.

Por ser fruto de uma construção contínua, democrática e colaborativa, este PPP mantém-se aberto a revisões, atualizações e novos olhares. A cada ano, novos desafios surgirão, novas demandas aparecerão e novas perspectivas precisarão ser incorporadas. Essa abertura é fundamental para garantir que o documento permaneça atual, coerente e significativo para todos que fazem parte do Núcleo F.

Portanto, esta conclusão não encerra um processo, mas abre portas para novas etapas de desenvolvimento. Que este PPP continue servindo como referência, inspiração e compromisso para todos que acreditam na força transformadora da educação pública e no potencial das escolas do Núcleo Regionalizado F do município de Anguera-Ba. Que a construção coletiva aqui iniciada se renove continuamente e reafirme, todos os dias, a intenção de oferecer uma educação humana, inclusiva, participativa e de qualidade para cada estudante que faz parte dessa história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tamíris. **O que é recomposição das aprendizagens e como aplicá-la na educação pública.** Futura, 2022. Disponível em: <<https://www.futura.org.br/o-que-e-recomposicao-das-aprendizagens-e-como-aplica-la-na-educacao-publica>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

ANGUERA. **Documento Curricular Referencial Municipal**, 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**, 2017.

BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia**, 2018.

BAHIA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE nº 137, de 17 de dezembro de 2019.** Fixa normas complementares para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas redes de ensino e instituições escolares integrantes dos sistemas de ensino da Educação Básica do Estado da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 21 dez. 2019.

BIGATON, Roslei Aparecida Sindierski. **Perfil de Professores da Educação Básica e Análise Multidimensional.** Itajaí 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 abril de 2025.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1990

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 abril 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 abril 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação.** Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 abril 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno.** Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. Define as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 29 out. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 02 abril de 2025.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano.** Porto Alegre: Artmed, 1996.

FELIPPE, Bárbara Colossi. **A Pesquisa como Princípio Pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio:** um estudo de caso com docentes participantes do edital 20/2017/proppi/da e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). Florianópolis, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MONTEIRO, M. O. Crítica às Práticas de Avaliação nas Redes Públicas de Ensino. 13f. **Revista Transformar.** 2015.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio; SORDI, Mara Regina Lemes de. **Avaliação externa:** limites e possibilidades na democratização da escola pública. Campinas: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Hilderline Câmara; SANTOS, Joseneide Sousa Pessoa; CRUZ, Eduardo Franco Correia. **O mundo do trabalho:** concepções e historicidade.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Cortez, 2012.

PEREZ, Tereza. **Diálogo escola-família:** Parceria para a aprendizagem e o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens. Ed. Moderna, 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** Campinas: Autores Associados, 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGUERA. **Diretrizes Curriculares da Rede Municipal – DCRMA.** Anguera-Ba, 2022.

SILVA, Severina Rodrigues de Almeida Melo. **Avaliação institucional e a gestão democrática na escola pública:** um diálogo no município de Alagoinhas/PB, 2015.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento:** Projeto de Ensino e Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 25. ed. São Paulo: Libertad, 2022.

VYGOTSKY, Lev. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.